



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**CNPJ/MF 83.878.892/0001-55**

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000**

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

### ÍNDICE

Relatório Anual da Administração.....	01
Balancos Patrimoniais.....	11
Demonstração dos Resultados.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	15
Demonstração do Valor Adicionado - Informação Complementar.....	16
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis .....	17
Parecer dos Auditores Independentes.....	54
Parecer do Conselho Fiscal.....	58

# RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

A Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, nos termos da legislação vigente e em conformidade com as disposições estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

## Panorama Econômico

Em 2001, a economia brasileira, que iniciou o ano com excelentes perspectivas, teve seu desempenho afetado por fatores externos - como o desaquecimento da economia mundial, agravado pelos atentados de 11 de setembro nos EUA e pela crise da Argentina, resultando na alta do dólar - e fatores internos como o racionamento de energia elétrica. Esses sucessivos abalos frustraram as previsões otimistas de 4% do crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, já que o incremento do mesmo foi de apenas 1,5%, crescimento esse menor também que os 4,2% atingidos no ano de 2000, mas ainda assim significativo, dada a conjuntura adversa enfrentada. Registre-se que pela primeira vez, desde 1994, a Balança Comercial foi positiva (US\$2,6 bilhões).

O real fechou o ano 2001 com uma desvalorização frente ao dólar de 18,7%, com a moeda norte-americana cotada a R\$2,32 no final de dezembro, comparativamente à desvalorização de 9,3% ocorrida em 2000. A taxa de juros básica da economia foi aumentada de 15,7% em dezembro de 2000 para 19,0% em dezembro de 2001, em virtude do agravamento da crise da Argentina em meados de 2001. A taxa de inflação de 2001, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ficou em 7,7% (6,0% em 2000), um pouco acima do que foi acertado com o Fundo Monetário Internacional - FMI, basicamente por causa da desvalorização cambial, enquanto que o Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M atingiu 10,37% contra os 9,95% verificados no ano 2000.

Mesmo com todos os problemas apontados, a economia de Santa Catarina apresentou evolução positiva, alavancada pelo crescimento de 3,7% da indústria (o maior crescimento industrial do País em 2001). Favorecida pelo menor impacto da crise energética nacional, uma vez que no Estado a redução do consumo não foi compulsória e atingiu principalmente a classe residencial, a nossa indústria, em alguns casos, foi beneficiada devido à transferência para Santa Catarina da produção de indústrias das regiões atingidas pelo racionamento de energia elétrica.

As exportações catarinenses totalizaram US\$3,03 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2001, atingindo um crescimento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentando, dentre os Estados, a maior taxa de crescimento nacional. A redução de 10,1% nas importações ampliou o saldo positivo na balança comercial para US\$2,2 bilhões, representando importante contribuição do Estado para o equilíbrio das contas externas do País.

## Panorama do Setor Elétrico

O racionamento de energia elétrica foi o acontecimento que marcou o Setor Elétrico em 2001, levando o Governo Federal a realizar uma operação de emergência com a criação da Câmara de Gestão da Crise Energética - GCE, sob a presidência do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, crise que trouxe à tona a fragilidade das regras de mercado.

Ao serem estabelecidas e implementadas as medidas para a solução da insuficiência de energia elétrica no curto prazo, sentiu-se a necessidade do estabelecimento de medidas mais duradouras. Assim, foi criado o Programa de Revitalização do Setor Elétrico que, entre outras medidas, prevê a reformulação do Ministério das Minas e Energia - MME, a implementação de um programa de expansão da oferta (que seja atrativo aos investidores) mediante a construção de usinas e linhas de transmissão, a consolidação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, a desregulamentação dos consumidores livres e o equacionamento do subsídio ao gás natural usado pelas usinas térmicas abastecidas pelo gasoduto Brasil - Bolívia.

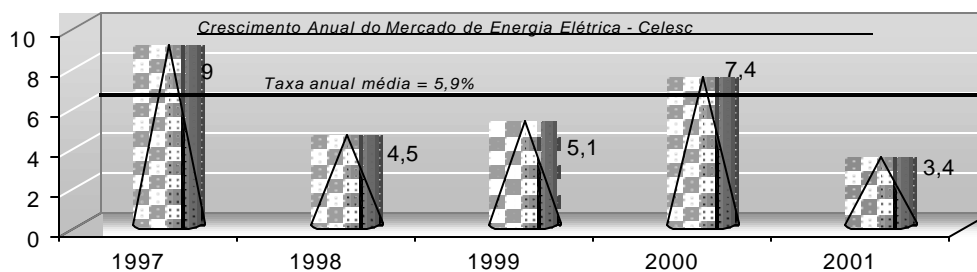
Para se adaptar às mudanças em âmbito nacional, às exigências do Órgão Regulador e oportunizar o desenvolvimento de novos negócios, está sendo implementado um novo modelo de gestão para a Celesc, com participação de representantes do Governo do Estado, da Diretoria Colegiada, dos empregados, da Federação das Indústrias de Santa Catarina - Fiesc, e da Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos, dos acionistas minoritários (Previ e Eletrobrás) e um representante do Conselho Fiscal. Vários grupos de trabalho estão estudando o detalhamento das medidas que compõem o modelo: Estatuto Social, Contrato de Gestão, Reestruturação Organizacional, Plano de Recursos Humanos e Planos Estratégicos.

## Mercado de Energia Elétrica

Devido ao racionamento, o mercado de energia elétrica da Celesc em 2001 apresentou desempenho diferenciado em relação ao mercado brasileiro. No Brasil, houve um decréscimo do consumo de 7,5%, enquanto que em 2000 o crescimento do consumo foi de 4,6% em relação ao ano anterior.

Em Santa Catarina, na área de concessão da Celesc, o mercado cresceu 3,4% em relação ao ano 2000, atingindo um consumo total de 12.425GWh, que somando a energia suprida a outras concessionárias do Estado, no montante de 208GWh, perfaz um volume de energia vendida de 12.633GWh.

A taxa de crescimento anual média nos últimos 5 anos foi de 5,9%, como ilustra o gráfico a seguir:



## **Mercado de Energia Elétrica -- continuação**

Em termos percentuais, o consumo da classe comercial (estabelecimentos de comércio, prestação de serviços, transporte, comunicações e telecomunicações, dentre outros) foi mais uma vez o que mais cresceu (5,4%). Entretanto, a atividade industrial no Estado de Santa Catarina foi, em termos absolutos, responsável por 61,3% do acréscimo no volume de energia vendida. Este volume adicional representou um crescimento de 4,6% em relação ao consumo industrial de 2000.

Em conseqüência da racionalização do consumo de energia, o segmento residencial teve um crescimento inferior ao inicialmente projetado. Apesar da ligação de 47 mil novas unidades consumidoras (3,6% de crescimento) o consumo aumentou apenas 0,6%.

## **Balço Energético**

O montante de energia requerida pelo sistema Celesc no ano 2001 chegou a 13.699GWh, dos quais 498GWh (3%) foram produzidos pelas usinas próprias, sendo 97% adquirido de terceiros.

A Gerasul é a principal supridora de energia, representando 74% do volume total de energia adquirida. O montante adquirido compulsoriamente de Itaipu representa 22% da energia comprada. A Copel e outros agentes do mercado complementam as necessidades do sistema Celesc. As perdas durante o ano 2001, incluindo perdas técnicas e perdas comerciais, atingiram 1.066GWh, equivalente a 7,8% do total de energia requerida, igual ao percentual do ano anterior, representando um dos melhores índices do setor em todo o País.

## **Indicadores de Qualidade e Produtividade**

Inovações tecnológicas (tais como instalação de pára-raios poliméricos, isoladores pilar, construção de redes compactas, etc), aumento de turmas de manutenção, melhoria e divisão de circuitos, melhoria de aterramento, colocação de espaçadores, cobertura para cabos, melhoria na gerência e conserto de transformadores, entre outras medidas, permitiram a redução do índice de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor - DEC, que passou de 21,9 horas em 2000 para 20,9 horas no ano 2001 (redução de 4,6%). O índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - FEC, diminuiu de 17,9 em 2000 para 17,3 em 2001 (redução de 3,4%).

Os indicadores de produtividade foram impactados positivamente pelo crescimento do volume de energia vendida e pelo crescimento do número de unidades consumidoras. Por outro lado, a Empresa conseguiu atender esse crescimento com redução do seu quadro de pessoal, de 4.432 empregados ao final de 2000 para 4.265 ao final de 2001 (redução de 3,76%). Dessa forma, os indicadores de produtividade apresentaram evolução positiva: o número de consumidores por empregado, que era 386 em dezembro de 2000 passou para 416 em 2001, e a energia vendida por empregado passou de 2.754MWh em 2000 para 2.962MWh em 2001.

## **Investimentos**

O total dos investimentos econômicos (que incluem parte da mão-de-obra própria e os valores de estoque) nos ativos da Celesc atingiu o montante de R\$123,8 milhões, distribuídos nos itens Distribuição, Instalações Gerais e Geração.

Na atividade de Distribuição (linhas, redes e subestações) foram investidos R\$110,7 milhões, destinados a construção e melhoria de subestações, construção e melhoria de linhas, ampliação e melhoria da rede de distribuição elétrica urbana, ampliação da rede de distribuição rural, conservação de energia elétrica, ampliação do sistema de telecomunicações e do sistema digital de supervisão e controle, entre outros.

Em Instalações Gerais foram investidos R\$12,1 milhões, compreendendo a compra de veículos, edificações, equipamentos de informática, entre outros.

Os investimentos em ativos de geração, destinados à melhoria nas usinas existentes, atingiram o valor de R\$1,0 milhão.

Além dos investimentos no ativo permanente da Celesc, ocorreram investimentos da ordem de R\$8,4 milhões em projetos de geração e linhas de transmissão, nos quais a Celesc mantém participação como consorciada, com destaque para a Usina Hidrelétrica Campos Novos no valor de R\$2,1 milhões e para a Linha de Transmissão 525kV Campos Novos - Blumenau no valor de R\$6,3 milhões. Somados esses investimentos em consórcios ao valor investido em ativo permanente, o valor global atinge R\$132,2 milhões.

## **Captação de Recursos**

Foi registrado o ingresso de R\$15,7 milhões, ao longo do ano 2001, proveniente de:

- (1) contratos de financiamento no valor de R\$9,3 milhões firmados com a Eletrobrás destinados ao Programa de Eletrificação Rural - Luz no Campo, e
- (2) convênios com o Governo do Estado no valor de R\$6,4 milhões.

Encontram-se em fase final de negociação as condições do prazo de pagamento e a definição da taxa de juros relativa à captação de recursos efetuada em 1998, por meio do Programa Euro Commercial Paper, vencida em junho de 2001, cujo valor em 31 de dezembro de 2001 perfazia R\$142,0 milhões (US\$61,2 milhões). Incluindo o saldo de outros empréstimos em moeda estrangeira, o montante exposto ao risco cambial em, 31 de dezembro de 2001, atingia R\$150,2 milhões (US\$64,7 milhões).

No mercado interno, foram repactuadas, em 01 de novembro de 2001, as novas condições da taxa de juros das 28.280 debêntures no valor de R\$45,1 milhões, com remuneração pelo DI extra over de 252 dias, calculada pela CETIP, acrescida de juros adicionais (“spread”) de 2% ao ano. Foi efetuada, também, a quitação do empréstimo para capital de giro, obtido em 1998 junto ao Banco Real, no valor de R\$20 milhões.

O saldo devedor de contratos firmados com a Celos, em valores de R\$34,7 milhões e R\$54,5 milhões, provenientes, respectivamente, da consolidação de dívidas anteriores e do atraso de contribuições previdenciárias da patrocinadora, foi atualizado pelo IGP-M e remunerado com juros de 12% ao ano.

### **Evolução Tarifária**

Em 2001 a tarifa média de fornecimento praticada no Brasil, situou-se no patamar de R\$122,80/MWh, 13,2% superior ao ano de 2000 (R\$108,50/MWh).

Na Celesc, no final de 2001, a tarifa média de fornecimento atingiu o valor de R\$119,20/ MWh (aprox. US\$51,4/MWh), 17,9% superior ao registrado em 2000, quando a mesma tarifa registrou o valor de R\$101,10/MWh. Esse crescimento decorreu principalmente do reajuste de 20,72% concedido à Empresa em 07 de agosto de 2001, de acordo com o que dispõe o Contrato de Concessão.

A tarifa média de suprimento (que inclui geração e transmissão de energia) registrou, no final do ano 2001, o valor de R\$57,82/MWh (aprox.US\$24,9/MWh), representando um incremento de 16,34% sobre a tarifa média de R\$49,70/MWh, verificada em 2000. Essa evolução no custo da energia comprada refletiu, principalmente, o reajuste médio de 12,08% da energia elétrica adquirida da Gerasul e a variação cambial da parcela suprida pela Itaipu Binacional. A margem de comercialização, definida como a diferença percentual entre a tarifa média de suprimento e a tarifa média de fornecimento, ficou em 51,5% no ano 2001 (50,8% em 2000).

### **Resultado**

A Celesc encerrou o exercício social de 2001 com prejuízo de R\$88,9 milhões, mesmo dando indicativos de recuperação no desempenho da Companhia em relação ao exercício anterior. Esse prejuízo foi influenciado pelos provisionamentos da desvalorização sobre o Contas a Receber do Governo do Estado (CRC) no valor de R\$194,1 milhões e nos Investimentos Temporários (Casan) no valor de R\$9,3 milhões (R\$128,1 milhões e R\$6,1 milhões, respectivamente, quando líquido dos efeitos tributários). Dessa forma, após o registro de tais provisões e seus respectivos efeitos tributários, o resultado inicialmente apresentado, equivalente a R\$45,3 milhões de lucro, passou a ser R\$88,9 milhões de prejuízo (lucro de R\$4,0 milhões em 2000), resultando em rentabilidade negativa de 8,8% sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001, antes da dedução do prejuízo do ano, e margem líquida negativa de 6,2% sobre a receita operacional líquida. No ano anterior estes mesmos índices eram positivos na ordem de 0,4% e 0,3%, respectivamente. O prejuízo por lote de mil ações em 2001 foi de R\$115,24, enquanto que o lucro de 2000 foi de R\$5,22.

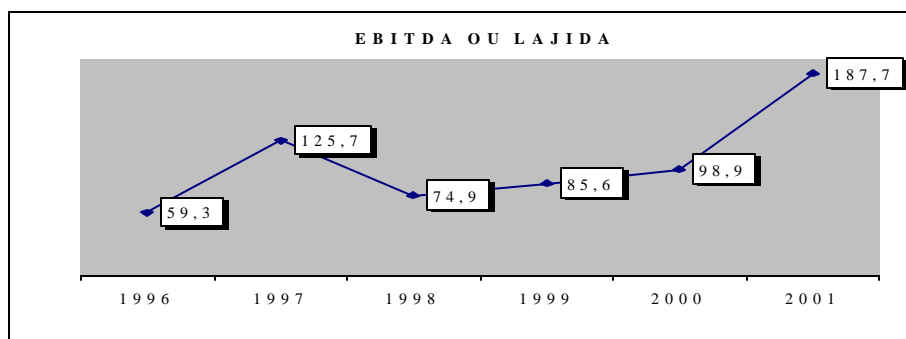
A receita operacional líquida em 2001 atingiu R\$1.442,0 milhão, superando em 20,7% o montante de 2000 (R\$1.194,8 milhão). O crescimento deveu-se aos aumentos tarifários concedidos pela Aneel em agosto de 2001 e à expansão de 3,4% no mercado de fornecimento de energia elétrica.

O resultado do serviço, por sua vez, atingiu o valor positivo de R\$112,4 milhões, representando um aumento de 316,7% quando comparado ao resultado positivo de R\$27,0 milhões obtido em 2000. Esse resultado deveu-se ao aumento da Receita Operacional Líquida. Ressalta-se que despesas pagas antecipadamente relativas às variações ocorridas nos Itens de Custos da “Parcela A” (custos não

gerenciáveis) referentes ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 não estão registrados no Resultado do Exercício porque, conforme as Resoluções da Aneel n.º 72 de 07 de fevereiro de 2002 e n.º 90 de 18 de fevereiro de 2002, estas despesas serão ressarcidas no próximo reajuste tarifário.

### Resultado -- continuação

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$187,7 milhões, superior em 89,7% em relação a 2000, que foi de R\$98,9 milhões. A evolução está



demonstrada a seguir:

### Balanco Social

O quadro abaixo apresenta, de forma detalhada, as contribuições sociais realizadas pela Empresa nos exercícios de 2001 e 2000, objetivando cumprir sua missão de garantir energia e serviços para o desenvolvimento sócio-econômico e qualidade de vida.

	2001		2000 (reclassificado)	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<b>1. Base de Cálculo</b>				
1.1. Faturamento Bruto	1.944.594	100,0	1.609.352	100,0
1.2. Resultado Operacional	71.421	3,7	(24.100)	(1,5)
1.3. Lucro Líquido (Prejuízo)	(88.900)	(4,57)	4.030	0,3
1.4. Folha de Pagamento Bruta	216.020	11,1	207.997	12,9
<b>2. Indicadores Laborais</b>				
2.1. Alimentação	7.527	0,4	5.977	0,4
2.2. Encargos Sociais Compulsórios	52.443	2,7	50.435	3,1
2.3. Previdência Social Privada	25.868	1,3	16.819	1,0
2.4. Saúde	4.912	0,3	5.147	0,3
2.5. Educação e Treinamento	3.281	0,2	3.414	0,2
2.6. Participação dos Trabalhadores nos Resultados	6.755	0,3	6.574	0,4
2.7. Outros Benefícios	3.565	0,2	2.860	0,2
	<b>104.351</b>	<b>5,4</b>	<b>91.226</b>	<b>5,7</b>
<b>3. Indicadores Sociais</b>				
3.1. Impostos e Contribuições (excluídos encargos sociais)	490.803	25,2	408.850	25,4
3.2. Contribuições para a Comunidade	3.798	0,2	3.315	0,2
	<b>494.601</b>	<b>25,4</b>	<b>412.165</b>	<b>25,6</b>
<b>4. Indicadores do Corpo Funcional</b>				
4.1. N.º de empregados ao final do período	4.265		4.432	
4.2. N.º de admissões durante o período	9		1	
4.3. N.º de demissões durante o período	176		44	
4.4. N.º de mulheres que trabalham na empresa	713		739	
4.5. % de cargos de chefia ocupados por mulher	18%		16%	



## 5. Investimentos Sociais

### 5.1. Programa Luz no Campo

• Investimento do Governo do Estado de Santa Catarina	6.000	0
• Investimento da Concessionária	19.937	8.219
	<u>25.937</u>	<u>8.219</u>

### 5.2. Programa de eficiência energética

	6.460	289
	<u>32.397</u>	<u>8.508</u>

## Reestruturação Societária e Patrimonial

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou contrato de concessão com a Aneel para as atividades de geração (Contrato n.º 55/99) e distribuição (Contrato n.º 56/99), no qual, em sua cláusula décima terceira e décima quarta respectivamente, comprometeu-se a constituir empresas juridicamente independentes, destinadas a explorar, separadamente, os serviços de geração e distribuição de energia elétrica. Esse fato, aliado aos problemas havidos na privatização de concessionárias, deflagrou um processo de discussão que resultou na decisão, pelo Governo do Estado, de elaborar e implantar um novo modelo de gestão para a Celesc, para melhor adequá-la às mudanças do Setor Elétrico e propiciar-lhe a necessária competitividade.

Em 30 de dezembro de 1999, através da Lei n.º 11.333, a Assembléia Legislativa aprovou a alteração do artigo 72 da Lei n.º 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, permitindo que a Celesc buscasse novos negócios, entre eles o das telecomunicações, água e saneamento. Em outubro de 2000 foi realizado encontro, promovido pelo Governo do Estado, onde foram apresentadas duas propostas: (1) transformação da Celesc em holding e (2) implantação de uma gestão tripartite.

Em fevereiro de 2001 o Governo do Estado, a Diretoria da Empresa, os representantes dos empregados e a Fiesc aprovaram as premissas básicas para a composição do novo modelo, bem como a contratação de uma empresa de consultoria para preparar a proposta. Em abril de 2001, após processo seletivo, a empresa Accenture foi escolhida para elaborar a proposta de modelo de gestão para a Celesc, a qual foi concluída e apresentada em agosto de 2001.

A proposta, após análise pelo grupo de trabalho de coordenação e amplo debate junto à sociedade através de audiências públicas, foi aprovada pela Assembléia Legislativa, por meio da Lei n.º 12.130, de 16 de janeiro de 2002.

A Celesc S/A, empresa de distribuição e comercialização de energia elétrica, continuará sob o controle do Estado e será a holding do grupo e terá duas subsidiárias integrais:

- Celesc Geração S/A

Essa subsidiária terá controle do Estado e dará à Celesc Distribuição a preferência na aquisição da energia por ela gerada. Para sua expansão espera-se contar com aporte de capital privado.

- Celesc Telecomunicações S/A

Essa subsidiária contará com os ativos atuais da Celesc para a prestação de serviços de telecomunicações, podendo ter maioria de capital privado.

## **Reestruturação Societária e Patrimonial -- continuação**

Para a implantação do novo modelo, foi constituído um grupo técnico de coordenação, com representantes do Governo do Estado, da Diretoria da Celesc, dos empregados, da Fiesc, da Celos, dos acionistas minoritários (Previ e Eletrobrás) e um representante do Conselho Fiscal, com a responsabilidade de elaborar os documentos técnicos que subsidiarão a tomada de decisão na Empresa, quais sejam:

- Acordo de Acionistas

É o aspecto mais importante do novo modelo. É por meio dele que o Estado, mesmo majoritário, estará compartilhando a nova gestão da Celesc. O Acordo de Acionistas alterará a composição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, além de regular a convivência entre os diversos grupos de acionistas.

- Estatuto Social

Elaboração do estatuto social da Celesc, de acordo com a lei das sociedades anônimas - Lei n.º 6.404/76 e Lei n.º 9.457/97, para adaptá-lo à nova estrutura da Empresa, com absorção dos objetivos contidos no Art.72 da Lei n.º 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, com a redação dada pela Lei n.º 11.333, de 30 de dezembro de 1999.

- Contrato de Gestão

A Celesc, assim como suas subsidiárias integrais, será gerida e administrada mediante a assinatura de contratos de gestão e resultados a serem negociados e celebrados entre a Celesc (representada pelo Conselho de Administração) e os respectivos Diretores Executivos, visando aumentar a eficiência e incrementar a competitividade, assegurando-lhe autonomia de gestão administrativa e empresarial. Deverão ser atingidas metas e resultados específicos, previamente acordados com o Governo do Estado. Pretende-se consolidar a atuação da Celesc como empresa integrada de energia elétrica, com gestão profissionalizada e resultados competitivos em relação a empresas congêneres de âmbito nacional, resguardando o caráter de prestação de serviço público que contribui para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina.

## Perspectivas

O exercício de 2001 encerrou sob a égide de grandes mudanças e para cujo sucesso mobilizam-se as diversas áreas da Companhia. Fruto da louvável convergência nos entendimentos entre o Governo do Estado, na condição de acionista controlador, a classe empresarial de Santa Catarina, por intermédio da Fiesc, e a classe trabalhadora, unidas, trabalham na elaboração de um novo modelo de gestão para a Celesc, capaz de melhorar a sua competitividade e mantê-la como agente promotor do desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo em que a Celesc se adapta às exigências do novo ambiente de negócios no Setor Elétrico, a Diretoria Colegiada tem buscado o equilíbrio financeiro da Empresa, dificultado pela insuficiência tarifária para a cobertura das despesas, e pelas restrições para a captação de recursos de terceiros no mercado de capitais, impostas às empresas estatais.

Dentre as alternativas para o equacionamento financeiro destacam-se:

- venda da participação acionária da Celesc na Usina Dona Francisca (23,03%), já que nesse consórcio a Celesc não tem direito a uma cota de energia, objetivo maior da política de participação em empreendimentos de geração de energia elétrica;
- venda de sua participação acionária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan, no valor de R\$110,7 milhões, que foi recebida pela Celesc como pagamento pelo fornecimento de energia à Casan. Após autorização pela Assembléia Legislativa, mediante a Lei n.º 11.719, de 19 de maio de 2001, foi efetuada uma primeira tentativa de venda dessas ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, não alcançando êxito em face de conjuntura desfavorável. No momento encontra-se em preparação novo edital de venda dessas ações. Conforme ofício CVM 045/2002, de 21 de janeiro de 2003, foi constituída provisão para desvalorização desse investimento, no valor de R\$9,3 milhões;
- federalização da dívida que o Governo do Estado tem junto à Celesc, decorrente da compensação dos créditos da Celesc junto à Conta de Resultado a Compensar – CRC. Conforme ofício CVM 045/2002, de 21 de janeiro de 2003, foi constituída provisão para desvalorização deste crédito a receber, no valor de R\$194,1 milhões.
- implementação de medidas voltadas ao controle das despesas operacionais e administrativas; e
- combate rigoroso à inadimplência.

Paralelamente ao desenvolvimento de ações no sentido de obter o saneamento econômico-financeiro, a Companhia busca melhorar os indicadores técnicos da prestação do seu serviço, visando não somente cumprir as metas estabelecidas pelo órgão regulador - Aneel, como também, atingir níveis cada vez mais elevados de satisfação dos seus consumidores, acionistas, empregados e sociedade.

## **Agradecimentos**

A Diretoria sente-se integralmente apoiada pelos acionistas, empregados, consumidores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, autoridades estaduais, federais e municipais, e seus fornecedores.

A esse universo de colaboradores, que acreditam no potencial da Companhia e sabem transformá-lo em realidade, o nosso agradecimento.

Florianópolis, março de 2003.

A ADMINISTRAÇÃO

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro  
(Em Milhares de Reais)

### ATIVO

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	27.834	33.496
Consumidores e Revendedores (Nota 4)	314.882	240.705
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.159)	(21.050)
Títulos a Receber (Nota 5)	41.214	45.594
Impostos a Recuperar	15.692	13.687
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina, líquidas (Nota 7)	458.669	-
Outras Contas a Receber	26.670	26.791
Almoxarifado	10.363	10.267
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 6)	45.127	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 8)	65.987	-
Despesas Pagas Antecipadamente	-	818
	<b>979.279</b>	<b>350.308</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 7)	37.173	593.111
Depósitos Judiciais	32.174	40.571
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 8)	209.517	147.357
Investimentos Temporários (Nota 9)	116.813	110.728
Títulos a Receber (Nota 5)	14.230	-
Impostos a Recuperar	2.985	2.320
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 6)	63.178	-
Outros Créditos	11.177	10.466
	<b>487.247</b>	<b>904.553</b>
<b>Permanente</b>		
Investimentos (Nota 10)	64.890	78.410
Imobilizado (Nota 11)	1.238.212	1.208.511
Diferido	459	622
	<b>1.303.561</b>	<b>1.287.543</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.770.087</b>	<b>2.542.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro  
(Em Milhares de Reais)

### PASSIVO

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores (Nota 12)	328.620	222.426
Salários e Encargos Sociais	6.800	5.992
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	49.362	141.163
Encargos de Dívidas (Nota 13)	3.711	2.207
Encargos do Consumidor	34.436	10.418
Tributos e Contribuições Sociais	60.716	43.309
Programa Refis (Nota 28)	27.855	24.371
Debêntures (Nota 15)	14.204	-
Obrigações Estimadas (Nota 14)	43.478	40.038
Dividendos a Pagar	92	1.103
Fundo de Pensão - Obrigações a Pagar (Nota 22)	45.718	19.503
Provisão para Programa de Demissão Incentivada	1.230	4.815
Fundo de Pensão - Reservas a Amortizar (Nota 22)	21.765	2.941
Participação nos Resultados	1.997	1.896
Outras Contas a Pagar	19.313	22.464
	<b>659.297</b>	<b>542.646</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	151.425	46.337
Debêntures (Nota 15)	30.875	42.537
Fundo de Pensão - Obrigações a Pagar (Nota 22)	74.234	80.588
Provisão para Contingências (Nota 16)	77.435	88.284
Obrigações Fiscais (Nota 17)	117.572	84.873
Programa Refis (Nota 28)	78.886	97.419
Provisão para Programa de Demissão Incentivada	1.880	1.540
Fundo de Pensão - Reservas a Amortizar (Nota 22)	255.354	236.785
Benefício Pós-Emprego (Nota 22)	192.281	-
Outras Contas a Pagar	19.078	51
	<b>999.020</b>	<b>678.414</b>
Obrigações Especiais	186.586	175.158
	<b>1.185.606</b>	<b>853.572</b>
<b>Patrimônio Líquido</b> (Nota 18)		
Capital Social	696.200	696.200
Reservas de Capital	217.998	440.903
Reservas de Lucros	-	4.138
	<b>914.198</b>	<b>1.141.241</b>
Recursos Destinados a Aumento de Capital	10.986	4.945
	<b>925.184</b>	<b>1.146.186</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.770.087</b>	<b>2.542.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(Em Milhares de Reais)

	2001	2000
<b>Receita Operacional Bruta</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 19)	1.903.576	1.556.105
Suprimento de Energia Elétrica (Nota 19)	12.862	14.716
Outras Receitas	28.156	38.531
	<b>1.944.594</b>	<b>1.609.352</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	(19.461)	(18.594)
ICMS sobre Energia Elétrica	(412.154)	(337.221)
Cofins e Pasep	(70.978)	(58.740)
	<b>(502.593)</b>	<b>(414.555)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.442.001</b>	<b>1.194.797</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(773.865)	(640.131)
Pessoal	(216.020)	(207.997)
Material	(18.558)	(16.574)
Serviço de Terceiros	(69.688)	(59.470)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(87.544)	(85.772)
Depreciação e Amortização	(75.291)	(71.980)
Provisão para Contingências	(34.612)	(35.806)
Outras	(54.055)	(50.103)
	<b>(1.329.633)</b>	<b>(1.167.833)</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>112.368</b>	<b>26.964</b>
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>		
Juros sobre Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	42.481	37.091
Variações Monetárias sobre Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	54.524	28.952
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios sobre Energia Vendida	23.302	22.479
Variações Monetárias, Cambiais e Acréscimos Moratórios sobre Energia Comprada	(35.576)	(7.934)
Encargos de Dívidas	(34.149)	(32.051)
Variações Monetárias e Cambiais sobre Empréstimos	(26.456)	(29.369)
Atualizações sobre Contas do Fundo de Pensão (Nota 22)	(41.153)	(46.086)
Multas e Juros sobre Tributos Notificados	(6.817)	(17.910)
Atualização Programa Refis (Nota 28)	(10.094)	(10.976)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	(7.009)	4.740
	<b>(40.947)</b>	<b>(51.064)</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>71.421</b>	<b>(24.100)</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		
Receita Não Operacional	9.692	5.802
Despesa Não Operacional	(3.571)	(10.098)
Provisão para Desvalorização CRC e Investimentos Temporários (Notas 7 e 9)	(203.357)	-
Item Extraordinário - Refis	-	43.738
	<b>(197.236)</b>	<b>39.442</b>
<b>Prejuízo Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(125.815)</b>	<b>15.342</b>
Provisão para Imposto de Renda (Nota 24)	32.242	(752)
Provisão para Contribuição Social (Nota 24)	11.428	(3.986)
<b>Prejuízo Antes das Participações</b>	<b>(82.145)</b>	<b>10.604</b>
Participação nos Resultados	(6.755)	(6.574)
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(88.900)</b>	<b>4.030</b>
<b>Prejuízo por Lote de Mil Ações em Reais</b>	<b>(115,24)</b>	<b>5,22</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Subtotal	Recursos Destinados a Futuro Aum. de Capital	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1999</b>	<b>696.200</b>	<b>444.087</b>	<b>1.122</b>	-	<b>1.141.409</b>	<b>4.395</b>	<b>1.145.804</b>
Estorno de Remuneração Bens e Direitos Capital Próprio	-	(3.184)	-	-	(3.184)	-	(3.184)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	550	550
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.030	4.030	-	4.030
Destinação do Lucro Líquido:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	202	(202)	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(1.014)	(1.014)	-	(1.014)
Retenção de Lucros	-	-	2.814	(2.814)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2000</b>	<b>696.200</b>	<b>440.903</b>	<b>4.138</b>	-	<b>1.141.241</b>	<b>4.945</b>	<b>1.146.186</b>
Estorno de Remuneração Bens e Direitos Capital Próprio	-	(33)	-	-	(33)	-	(33)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	6.041	6.041
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(88.900)	(88.900)	-	(88.900)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação 371/2000 da CVM (Nota 22)	-	-	-	(138.110)	(138.110)	-	(138.110)
Absorção de Prejuízos	-	(222.872)	(4.138)	227.010	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2001</b>	<b>696.200</b>	<b>217.998</b>	-	-	<b>914.198</b>	<b>10.986</b>	<b>925.184</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
 (Em Milhares de Reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>		
<b>Das Operações:</b>		
Resultado do Exercício	(88.900)	4.030
Itens que não Afetam o Capital Circulante Líquido:		
Depreciação e Amortização	75.291	71.980
Custo das Baixas do Ativo Permanente	25.543	18.013
Juros com Empréstimos ao Governo do Estado de Santa Catarina	(42.481)	(37.091)
Contingências Fiscais (Nota 17)	34.540	64.430
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis (Nota 16)	(10.849)	25.199
Provisão para Desvalorização CRC e Investimentos Temporários (Notas 7 e 9)	203.357	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 8)	(62.161)	(20.541)
Multa e Juros sobre Contingências Fiscais (Nota 17)	2.393	17.910
Atualização de Saldo Relativo ao Refis	7.699	10.976
Variações Monetárias de Longo Prazo	(4.200)	41.651
<b>Total das Origens das Operações</b>	<b>140.232</b>	<b>196.557</b>
<b>De Acionistas:</b>		
Estorno de Remuneração das Imobilizações em Curso	(33)	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	6.041	550
<b>Total das Origens dos Acionistas</b>	<b>6.008</b>	<b>550</b>
<b>De Terceiros:</b>		
Financiamentos Obtidos (Longo Prazo)	9.246	13.116
Parcelamento de Dívidas com a Fundação Celos	342	31.132
Adições em Obrigações Especiais	11.428	13.138
Baixa de Depósitos Judiciais	22.853	10.607
Baixa de Itens no Realizável a Longo Prazo	5.403	-
Transferência do Commercial Paper para Longo Prazo	105.303	-
Transferência do CRC para Circulante	458.669	-
Aumento do Exigível a Longo Prazo	26.613	-
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	192.283	-
<b>Total das Origens de Terceiros</b>	<b>832.140</b>	<b>67.993</b>
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>978.380</b>	<b>265.100</b>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		
Em Depósitos Judiciais	14.457	12.894
Transferência do Circulante para o Realizável a Longo Prazo	19.982	-
Em Outros Itens do Realizável a Longo Prazo	832	882
Em Investimentos Temporários - Casan	-	20.000
No Investimento	8.390	14.280
No Imobilizado	123.823	108.970
Em Dividendos	-	1.014
Reversão de Obrigações Fiscais de Longo Prazo	-	3.702
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante	92.961	7.864
Redução do Exigível a Longo Prazo	4.327	2.542
Compensação de Obrigações Fiscais de Longo Prazo com Créditos Tributários - Programa Refis	-	46.120
Baixa de Multa e Juros - Programa Refis (Nota 28)	-	72.062
Variação de Custos da Parcela A (Nota 6)	63.178	-
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	138.110	-
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>466.060</b>	<b>290.330</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>512.320</b>	<b>(25.230)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		
<b>Ativo Circulante</b>		
No Início do Exercício	350.308	307.404
No Fim do Exercício	979.279	350.308
<b>Passivo Circulante</b>	<b>628.971</b>	<b>42.904</b>

No Início do Exercício	542.646	474.512
No Fim do Exercício	659.297	542.646
	<u>116.651</u>	<u>68.134</u>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<u><b>512.320</b></u>	<u><b>(25.230)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – Informação Complementar (Nota 2) Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em Milhares de Reais)

	2001	2000
<b>Receitas</b>		
Receita Operacional Bruta	1.944.594	1.609.352
Resultado Não Operacional	(197.236)	(4.296)
	<b>1.747.358</b>	<b>1.605.056</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(773.865)	(640.131)
Serviços de Terceiros	(69.688)	(59.470)
Materiais	(18.558)	(16.574)
Outras Despesas	(81.929)	(81.069)
	<b>(944.040)</b>	<b>(797.244)</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>803.318</b>	<b>807.812</b>
Depreciação e Amortização	(75.291)	(71.980)
<b>Valor Adicionado Líquido</b>	<b>728.027</b>	<b>735.832</b>
Receitas Financeiras	182.042	115.421
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>910.069</b>	<b>851.253</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Pessoal	183.180	177.297
Governo	592.800	503.441
Despesas Financeiras (Capital de Terceiros)	222.989	166.485
Lucros Retidos	(88.900)	4.030
	<b>910.069</b>	<b>851.253</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, e seu acionista controlador é o Governo do Estado de Santa Catarina.

A Celesc tem por objetivo: planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como, serviços correlatos. Através da Lei n.º 11.333, sancionada em 30.12.1999, foi ampliado o objeto da Companhia, atribuindo-lhe a prerrogativa de desenvolver e participar de projetos na área de telecomunicação e infra-estrutura de serviços públicos, incluindo exploração de serviço de TV por assinatura e serviço de provedor de acesso à internet.

A área de concessão da Celesc abrange 262 municípios em Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Além disso, 7 municípios são atendidos indiretamente através de suprimento de energia e 17 por meio de cooperativas de eletrificação rural. A Companhia atende a um total de 1.773.031 consumidores (1.711.580 em 2000) e conta atualmente com um quadro de 4.265 empregados (4.432 em 2000).

Conforme indicado na nota 19, a receita da Companhia foi derivada de: 37,2% (36,6% em 2000) do setor industrial; 33,6% (34,6% em 2000) do setor residencial; 16,6% (16,2% em 2000) do setor comercial; 6,6% (6,6% em 2000) do setor rural e 6,0% (6,0% em 2000) do setor público.

A Companhia opera com 12 usinas hidrelétricas gerando aproximadamente 3% da energia elétrica distribuída, sendo o restante fornecido pela Gerasul (74%), Itaipu (22%) e demais fornecedores (1%).

De acordo com a Resolução Aneel n.º 207, de 11 de junho de 1999, em 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão n.º 56/99 - Aneel, no qual ficaram estabelecidas as condições e o prazo até 7 de julho de 2015, para a exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina. Conforme contrato de concessão, as tarifas de energia serão reajustadas anualmente, com base no Índice de Reajuste Tarifário - IRT, homologadas pela Aneel.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em Milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL -- continuação

Conforme os contratos de concessão, o acionista controlador obrigou-se a organizar e administrar separadamente os serviços de que é titular (geração e distribuição de energia elétrica) e reorganizar societariamente a Concessionária, até 31 de dezembro de 2000, através da constituição de empresas juridicamente independentes destinadas a explorar tais serviços. O acionista controlador está adotando medidas para viabilizar o cumprimento das cláusulas contratuais, sendo que, por meio da Lei Estadual nº. 12.130, de 16 de janeiro de 2002, já obteve-se a autorização para promover a reorganização administrativa, técnica e societária da Companhia.

### 2. PREPARAÇÃO E REFAZIMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### Preparação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Lei 6.404/76 e Lei 9.457/97), com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como, de acordo com as normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Órgão Regulador - Aneel.

Objetivando prover um melhor grau de detalhamento das informações contábeis, a Companhia está divulgando, de forma complementar, a Demonstração do Valor Adicionado.

#### Refazimento das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, originalmente apresentadas e publicadas em 11/04/2002, estão sendo reapresentadas com o objetivo de registrar os efeitos do reconhecimento de provisão para desvalorização do Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (vide nota 7) e Investimentos Temporários (vide nota 9). Tal reapresentação foi procedida por determinação da CVM, através do Ofício Circular CVM 20/02, e originou os seguintes impactos sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados originalmente apresentados:

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 2. PREPARAÇÃO E REFAZIMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

	<b>2001 Publicado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>2001 Ajustado</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 7)	-	458.669	458.669
Imposto de Renda Diferido (Nota 8)	-	48.520	48.520
Contribuição Social Diferida (Nota 8)	-	17.467	17.467
Demais Ativos Circulante	454.623	-	454.623
	<b>454.623</b>	<b>524.656</b>	<b>979.279</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 7)	689.923	(652.750)	37.173
Imposto de Renda Diferido (Nota 8)	152.466	2.319	154.785
Contribuição Social Diferida (Nota 8)	53.897	835	54.732
Investimentos Temporários (Nota 9)	126.089	(9.276)	116.813
Demais Ativos Realizáveis a Longo Prazo	123.744	-	123.743
	<b>1.146.119</b>	<b>(658.872)</b>	<b>487.247</b>
<b>Permanente</b>	<b>1.303.561</b>	<b>-</b>	<b>1.303.561</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.904.303</b>	<b>(134.216)</b>	<b>2.770.087</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>659.297</b>	<b>-</b>	<b>659.297</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>1.185.606</b>	<b>-</b>	<b>1.185.606</b>
Capital Social	696.200	-	696.200
Reservas de Capital	352.214	(134.216)	217.998
Recursos Destinados a Aumento de Capital	10.986	-	10.986
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.059.400</b>	<b>(134.216)</b>	<b>925.184</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.904.303</b>	<b>(134.216)</b>	<b>2.770.087</b>
<b>RESULTADO</b>			
<b>Resultado Operacional</b>	<b>71.421</b>	<b>-</b>	<b>71.421</b>
Receitas não Operacionais, Líquidas das Despesas	6.121	-	6.121
Provisão para Desvalorização do Contrato CRC e de Investimentos	-	(203.357)	(203.357)
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda</b>	<b>77.542</b>	<b>(203.357)</b>	<b>(125.815)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(18.597)	50.839	32.242
Provisão para Contribuição Social	(6.874)	18.302	11.428
<b>Lucro Antes das Participações</b>	<b>52.071</b>	<b>(134.216)</b>	<b>(82.145)</b>
Participação nos Resultados	(6.755)	-	(6.755)



**Lucro Líquido do Exercício**

<u>45.316</u>	<u>(134.216)</u>	<u>(88.900)</u>
---------------	------------------	-----------------

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Demonstração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo todos os ativos e passivos indexados atualizados até a data dos balanços.

### b) Disponibilidades

Inclui saldo de aplicações financeiras, que são registradas pelos valores originais aplicados, atualizadas até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. Inclui, ainda, valores arrecadados e ainda não repassados pelos agentes arrecadadores.

### c) Consumidores e Revendedores

Inclui, além dos serviços medidos e faturados aos clientes, as receitas decorrentes do fornecimento de energia elétrica, ainda não faturadas, que foram contabilizadas por estimativa, com base no consumo estimado entre o da última leitura e do final de cada mês.

### d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída até o limite que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos créditos.

### e) Títulos a Receber

Correspondem a créditos derivados de venda de energia, renegociados parceladamente, acrescidos de multas calculadas até a data da renegociação, conforme determina o órgão regulador, e de juros remuneratórios calculados até a data dos balanços.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

### f) Almojarifado

Refere-se a materiais destinados à manutenção das operações e são demonstrados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso e estão avaliados pelo custo histórico.

### g) Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina

Correspondem a dívidas do Governo do Estado de Santa Catarina assumidas junto à Companhia, especialmente relativas ao saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar - CRC, repassado ao Governo do Estado, acrescido de juros e atualizações monetárias, conforme contrato, calculado até a data de encerramento das demonstrações contábeis e deduzido da provisão para perda (efeito do refazimento das demonstrações contábeis de 2001), conforme demonstrado na nota 7.

### h) Imposto de Renda e Contribuição Social

A parcela corrente desses tributos é registrada com base no lucro tributável, ajustado de acordo com a legislação e alíquotas vigentes (IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido e Contribuição Social 9%).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base na alíquota efetiva destes impostos e registrados no ativo realizável e passivo exigível a longo prazo, em virtude das diferenças temporárias consideradas quando da apuração destes impostos, saldos de prejuízos fiscais compensáveis na apuração de imposto de renda e bases negativas na apuração de contribuição social. Esses tributos foram calculados à base de 25% para imposto de renda e 8% ou 9% para a contribuição social, dependendo do prazo em que se esperam que essas bases sejam realizadas. A Companhia procedeu a análise que demonstram ser estes impostos recuperáveis pelas suas operações futuras.

### i) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas, quando aplicável, conforme demonstrado na nota 10.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### j) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, a qual é calculada sobre o saldo do imobilizado em serviço, pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo órgão regulador, determinadas pela Resolução Aneel nº 044 de 17 de março de 1999, e indicadas na nota 11.

Em face do disposto nas Instruções Gerais n.º 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, assim como na Instrução n.º 193 da CVM, de 11 de julho de 1996, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, diretamente relacionados ao imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

Os custos indiretos, especialmente administrativos, são apropriados às obras em curso mensalmente, mediante rateio do montante de até 10% dos gastos com pessoal e serviços de terceiros, conforme estabelecido na Instrução Geral n.º 70 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica.

#### k) Diferido

É registrado pelos valores originais gastos, deduzidos de amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

#### l) Fornecedores

Inclui, além das dívidas junto aos fornecedores de energia, materiais, serviços, entre outros, o custo correspondente à energia de curto prazo adquirida no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, até 31 de dezembro de 2001, o qual foi reconhecido contabilmente com base em informações recebidas da Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - ASMAE, e orientações específicas da Aneel, apuradas por estimativas, conforme nota 12.

# **Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação**

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação**

#### **m) Obrigações Especiais**

Referem-se a pagamentos efetuados por consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, estando registrados pelos valores originais das contribuições dos consumidores no financiamento destes empreendimentos. Os ativos adquiridos com tais recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme normas do setor elétrico.

Em virtude de sua natureza, essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não deverão ser devolvidas aos clientes. Somente na hipótese de término da concessão é que esses valores serão considerados pelo órgão regulador na determinação do valor a ser pago ao concessionário e, dessa forma, não devem ser consideradas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômicos e financeiros.

#### **n) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados**

A Companhia mantém plano misto (98% dos participantes) e plano transitório de aposentadoria (2% dos participantes), bem como, um plano de benefício médico para seus empregados ativos e aposentados, conforme demonstrado na nota 22.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classes de Consumo	2001				2000	
	Vincendos	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	91 a 360	Há mais de 360		
<b>Consumidores</b>						
Residencial	39.291	19.919	1.953	2.190	63.354	52.885
Industrial	36.514	19.374	2.934	21.678	80.500	46.990
Comercial	13.377	11.958	2.307	6.407	34.049	25.413
Rural	9.855	3.302	119	1.398	14.674	11.967
Poder Público	2.818	3.404	3.557	10.503	20.282	19.566
Federal	386	287	414	95	1.182	1.205
Estadual	988	2.344	2.513	7.843	13.689	12.476
Municipal	1.444	773	630	2.565	5.411	5.885
Iluminação Pública	1.361	2.001	3.048	3.222	9.632	5.814
Serviço Público	2.625	1	2	37	2.664	1.994
Não Faturado	63.758	-	-	-	63.758	49.120
Outros Créditos	22.316	-	-	-	22.316	25.264
	<b>191.915</b>	<b>59.959</b>	<b>13.920</b>	<b>45.435</b>	<b>311.229</b>	<b>239.013</b>
<b>Revendedores</b>	2.555	-	1.098	-	3.653	1.692
<b>Total Geral</b>	<b>194.470</b>	<b>59.959</b>	<b>15.018</b>	<b>45.435</b>	<b>314.882</b>	<b>240.705</b>

Do valor total a receber em 31 de dezembro de 2001, os saldos vencidos de consumidores totalizam R\$119.314 (R\$124.393 em 2000), líquido do valor original de créditos fiscais recebidos para utilização no Programa de Recuperação Fiscal - Refis (R\$124.393 em 31 de dezembro de 2000, ajustado pelos valores realizados pelo Refis).

A Companhia vem desenvolvendo ações junto aos devedores visando à regularização dos valores vencidos. Tradicionalmente, as negociações são mantidas no âmbito de parcelamentos, não havendo exclusão de encargos moratórios, conforme determinação do órgão regulador.

O saldo total em atraso inclui o montante de R\$58.497 (R\$62.697 em 31 de dezembro de 2000), relativo a valores que vêm sendo discutidos judicialmente, principalmente pelos consumidores industriais. Conforme demonstrado na nota 16, a Companhia registrou provisão para possíveis perdas no montante de R\$12.523 (R\$18.748 em 31 de dezembro de 2000), incluída no grupo "Provisão para Contingências", relativas, especificamente, aos processos das Portarias 038 e 045 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

**5. TÍTULOS A RECEBER**

<u>Descrição</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Montante negociado, atualizado até 31 de dezembro	76.802	68.846
(-) Negociações com créditos fiscais - Refis	(12.006)	(14.840)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.352)	(8.412)
	<b>55.444</b>	<b>45.594</b>
(-) Parcela de Longo Prazo	(14.230)	-
<b>Total</b>	<b>41.214</b>	<b>45.594</b>

Os valores a receber negociados com compra de créditos fiscais serão efetivamente baixados dos controles auxiliares somente quando da homologação pela Receita Federal, do saldo consolidado dos débitos e créditos inclusos no Refis.

**6. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA “PARCELA A”**

De acordo com as Resoluções da Aneel n.º 72, de 07 de fevereiro de 2002, e n.º 90, de 18 de fevereiro de 2002, os valores relativos às variações ocorridas nos itens de custos da denominada “Parcela A” (custos não gerenciáveis), referentes ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, incorridos pelas concessionárias que aderiram ao Acordo Geral do Setor Elétrico (Nota 26), serão ressarcidos por meio de recomposição tarifária, sendo que a homologação será condicionada à solução de controvérsias contratuais e administrativas e à eliminação de eventuais litígios judiciais ou extrajudiciais, inclusive por meio de arbitragem levada a efeito pela Aneel. O quadro abaixo apresenta as variações de custos incorridos da “Parcela A”, conforme estimativa elaborada pela Companhia:

<u>Descrição</u>	<u>Previsto (*)</u>	<u>Realizado (**)</u>	<u>Diferença</u>	<u>Atualização pela Selic</u>	<u>Saldo</u>
<b>Custos Parcela A</b>					
Repasse Potência Itaipu Binacional (a)	169.933	216.730	46.797	3.732	50.529
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC (b)	71.770	86.451	14.681	787	15.468
Contrato Inicial - Gerasul (c)	285.937	323.217	37.280	3.345	40.625
Transmissão Integrante da Rede Básica	79.192	80.083	891	40	931
Outros	39.630	40.153	523	110	633
	<b>646.462</b>	<b>746.634</b>	<b>100.172</b>	<b>8.014</b>	<b>108.186</b>
<b>Outras Despesas Antecipadas</b>	-	-	-	-	119
<b>Total</b>	<b>646.462</b>	<b>746.634</b>	<b>100.172</b>	<b>8.014</b>	<b>108.305</b>

Parcelas Classificadas no Ativo Circulante

45.127

Parcelas Classificadas no Realizável a Longo Prazo

63.178

(\*) Montantes considerados pela Aneel no reajuste tarifário.

(\*\*) Montantes relativos aos custos efetivamente incorridos (pagos) pela Companhia.

## **Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação**

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

#### **6. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA “PARCELA A”** -- continuação

Em agosto de 2000 foi concedido um Índice de Reajuste Tarifário - IRT para a Companhia, com validade até julho de 2001, sendo que em agosto de 2001 foi concedido novo reajuste. O IRT é definido com base numa estimativa de custos para o período de abrangência. Acontece que, quando ocorre a realização, os valores sofrem variações, para mais ou para menos, em relação àqueles previstos. Tal fato tem gerado prejuízos financeiros às companhias que, em decorrência das resoluções da Aneel, serão compensados no próximo reajuste tarifário.

- (a) No caso dos custos de repasse para Itaipu Binacional, foi considerada para efeito de reajuste tarifário, uma tarifa de US\$18,65/kW no período de agosto de 2000 a julho de 2001, enquanto que a cotação do dólar, fixada para o mesmo período, foi de R\$1,7828. No entanto, a tarifa da Itaipu sofreu um reajuste no mês de janeiro de 2001, passando para US\$20,20/kW, e a taxa do dólar, do dia do pagamento de cada fatura, variou de R\$2,0599 a R\$2,7065 no período de janeiro a julho de 2001. No IRT de agosto de 2001 já foi considerada a tarifa de US\$20,20/kW e a cotação do dólar foi fixada em R\$2,4971. Neste período, o dólar variou de R\$2,3204 a R\$2,7797. As diferenças apuradas atingiram o montante de R\$50.529 mil, no período permitido pelas resoluções da Aneel, já contemplada a correção pela taxa Selic.
- (b) Os valores mensais considerados nos cálculos dos reajustes tarifários foram de R\$7.118, de janeiro a julho de 2001, e R\$7.314, de agosto a outubro de 2001, enquanto que os valores pagos mensalmente, conforme Resoluções da Aneel, variaram com parcelas mensais de R\$7.052 a R\$9.571 no período de janeiro a outubro de 2001.
- (c) Em relação aos contratos iniciais, foi considerada, para efeitos de reajuste tarifário da Companhia, uma tarifa de custo da Gerasul de R\$1,83/kW e de R\$25,95/MWh no período de agosto de 2000 a julho de 2001. Porém, em setembro de 2000 a Aneel concedeu reajuste para os referidos contratos, fazendo com que as tarifas passassem para R\$2,21/kW e R\$31,48/MWh. Este reajuste provocou uma diferença nos custos incorridos pela Companhia no período de janeiro a julho de 2001. Em agosto de 2001 os IRT da Companhia e da Gerasul foram concatenados, ou seja, passaram a ocorrer na mesma data para evitar futuros prejuízos. Estas diferenças, para o período permitido pela Aneel, atingiram o montante de R\$40.625 mil, atualizados pela Selic.



Conforme disposto no artigo 7.º da Resolução 72, o valor apurado pela Companhia, de R\$108.305 mil, será submetido à aprovação da Aneel, o que é imprescindível para a legitimidade dos registros contábeis aqui tratados.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 7. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

<b>Descrição</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b><i>Contrato de Repasse da CRC (i)</i></b>		
Principal	409.156	373.857
Juros	243.594	184.452
	<b>652.750</b>	<b>558.309</b>
(-) Provisão para Desvalorização (*)	(194.081)	-
	<b>458.669</b>	<b>558.309</b>
<b><i>Empréstimos para o Tesouro Estadual (ii)</i></b>		
Principal	9.228	9.228
Juros	17.945	15.574
	<b>27.173</b>	<b>24.802</b>
<b><i>Programa Viva Luz (iii)</i></b>		
Principal	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>
<b>Total</b>	<b>495.842</b>	<b>593.111</b>
Parcela de Curto Prazo	458.669	-
Parcela de Longo Prazo	37.173	593.111

- i) Em outubro de 1994, a Companhia firmou contrato com o Governo do Estado, repassando o saldo remanescente da CRC, existente em agosto daquele ano, no montante original de R\$203.921, o qual foi corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Restrito - IPCR até junho de 1995, sendo substituído pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC a partir desta data. Os juros são de 6,828% ao ano.

O contrato estabeleceu um prazo total de 20 anos para pagamento, sendo 2 anos de carência e 18 de amortização, em parcelas mensais e sucessivas que se iniciaram em agosto de 1996. O Governo do Estado pagou apenas as três primeiras parcelas. Em 30 de outubro de 2000 foi assinado Termo Aditivo ao Contrato, ratificando o saldo atualizado na referida data e definindo um novo prazo para pagamento, que passou a ser de 216 prestações, com o vencimento da primeira parcela em 15 de dezembro de 2002, sendo que as demais condições contratuais permaneceram inalteradas.

Efeito do refazimento das demonstrações contábeis (\*)

Em 27 de setembro de 2002 a Companhia, o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES assinaram contrato através do qual foi procedida a cessão de crédito entre a Companhia e o BNDES, com garantia da União e a interveniência do Estado de Santa Catarina. Através do acordo firmado, o saldo devido pelo Estado à Companhia, no valor de R\$696.525 mil foi cedido ao BNDES pelo valor de R\$489.428 mil, o qual foi pago subsequentemente à Companhia através da quitação de seus

débitos junto à União, Eletrobrás, Sistema Financeiro e Mercado de Valores Mobiliários e Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos.

## **Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação**

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

#### **7. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA -- continuação**

Em função dos eventos descritos no parágrafo anterior, a Companhia decidiu constituir, nas demonstrações contábeis de 2001, provisão para desvalorização desta dívida no valor de R\$194,1 milhões, sendo calculado 29,73% sobre o montante a receber, percentual este utilizado pelo BNDES para determinar o deságio sobre a dívida negociada em 19 de junho de 2002 (conforme contrato assinado em 27 de setembro de 2002).

- ii) Em 1985 e 1986, a Companhia concedeu vários empréstimos ao Tesouro Estadual. Em abril de 1988 foi firmado contrato com o Governo do Estado, determinando que as amortizações futuras seriam feitas com a retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. No exercício de 1997 e 1998 houve retenção do valor de R\$2.984 e R\$2.058, respectivamente, relativo a dividendos dos exercícios de 1996 e 1997, devido ao Governo Estadual, para quitação parcial dessa dívida. O saldo registrado inclui juros de 10% ao ano capitalizados trimestralmente.
  
- iii) Pelo Decreto n.º 395, de 10 de outubro de 1995, do Governo do Estado de Santa Catarina, foi instituído o denominado “Programa Catarinense de Eletrificação Rural - Viva Luz”, destinado a levar energia elétrica às regiões do interior do Estado. Os recursos para custeio deste programa seriam oriundos de: a) 62,5% de participação do Estado; b) 12,5% de participação da Celesc ; c) 25% de participação dos consumidores.

De acordo, ainda, com o referido Decreto, esses recursos seriam repassados à Celesc por meio de convênio específico. Em 29 de dezembro de 1995, foi firmado o convênio n.º GG-CC 001/95, no valor de R\$10.000, o qual se encontra registrado contabilmente como Contas a Receber do Estado de Santa Catarina, em contrapartida de Obrigações Especiais.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias registradas nas demonstrações contábeis e incluídas na apuração do lucro real, porém indedutíveis neste momento, bem como, sobre os saldos de prejuízo fiscal na apuração de imposto de renda e base negativa na apuração da contribuição social.

O quadro a seguir demonstra as bases para a constituição e os respectivos cálculos dos créditos de imposto de renda e de contribuição social:

<u>Descrição</u>	<u>Período estimado de realização</u>	<u>Base de Cálculo</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
<b>Exercício de 2000</b>				
Programa de Demissão Incentivada		6.355	1.589	572
Contingência Trabalhista		59.511	14.877	5.356
Contingência Portaria 038 e 045 - DNAEE		18.748	4.687	1.687
Prejuízo Fiscal		72.656	18.164	-
Entidade de Previdência Privada - Reserva a Amortizar		236.785	59.430	19.858
Base Negativa de Contribuição Social		105.706	-	9.513
Outras Provisões		34.186	8.547	3.077
<b>Total de 2000</b>		<b>533.947</b>	<b>107.294</b>	<b>40.063</b>
<b>Exercício de 2001</b>				
Programa de Demissão Incentivada	2 anos	3.110	778	280
Contingência Trabalhista	5 anos	54.789	13.697	4.931
Contingência Portaria 038 e 045 - DNAEE	4 anos	12.523	3.130	1.127
Operações no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE	1 ano	92.282	23.070	8.305
Prejuízo Fiscal	5 anos	225.799	56.449	-
Benefício Pós-Emprego (Deliberação n.º 371 da CVM)	15 anos	159.329	39.832	14.340
Base Negativa de Contribuição Social	5 anos	237.891	-	19.331
Provisão p/ Desvalorização Contas de Resultado a Compensar	1 ano	194.081	48.520	17.467
Provisão p/ Desvalorização de Investimento na CASAN	2 anos	9.276	2.319	835
Outras Provisões	3 anos	62.031	15.510	5.583
<b>Total de 2001</b>		<b>1.051.11</b>	<b>203.305</b>	<b>72.199</b>
		<b>1</b>		
Parcela de Curto Prazo			48.520	17.467
Parcela de Longo Prazo			154.785	54.732

Os períodos acima descritos, para a realização do ativo diferido, foram estimados tendo como base a projeção de lucros futuros e prazos estimados para pagamentos das obrigações tratadas com adições temporárias até 31 de dezembro de 2001.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 9. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

<u>Descrição</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan	110.728	110.728
Dona Francisca Energética S.A.	15.361	-
(-) Provisão para Desvalorização (*)	(9.276)	-
<b>Total</b>	<b>116.813</b>	<b>110.728</b>

#### **Casan**

Esta participação societária se originou pela negociação do débito da Casan, em dezembro de 1999, no valor de R\$90.730. Durante o ano de 2000 a Companhia procedeu à capitalização complementar no valor de R\$10.000 em numerário e mais R\$9.998 com negociação de débitos, passando o saldo deste investimento para R\$110.728. O investimento corresponde a 55.364.810 Ações Ordinárias - ON, e 55.363.250 Ações Preferências - PN, todas ao valor de R\$1,00 cada, subscritas e integralizadas até 30.06.2001, representando 19,3% do capital social da Casan.

A Companhia mantém o firme propósito de alienar o referido investimento, dentro do menor prazo possível, considerando as condições de mercado para negociação das ações. Obteve autorização da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para a alienação de sua participação acionária, conforme Lei n.º 11.719, de 19 de maio de 2001.

Em 13 de dezembro de 2001 foi realizado leilão público para venda dessa participação acionária, promovido pela Bolsa de Valores de São Paulo. Devido as condições adversas do mercado naquele momento, a referida venda não foi concretizada.

Efeito do refazimento das demonstrações contábeis (\*)

Foi constituída provisão para desvalorização do investimento temporário referente a Casan no valor de R\$9.276, sendo calculado 8,28% sobre o capital investido, redutor este devido aos resultados negativos da Casan nos últimos três anos.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 9. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS -- continuação

#### Dona Francisca

O investimento mantido na Usina Hidrelétrica Dona Francisca refere-se à participação acionária de 23,03% da Companhia no capital da referida empresa. A Companhia tem o propósito de alienar a referida participação, conforme autorização da Lei nº. 12.041 de 18 de dezembro de 2001.

O referido investimento encontra-se avaliado pelo custo de aquisição/construção e o nosso entendimento é que a alienação será realizada por valor não inferior ao saldo contábil. Desta forma, em face da expressa intenção de alienar este investimento, entendemos ser adequado o registro contábil do mesmo no grupo de contas do Ativo Realizável a Longo Prazo, assim como a sua avaliação pelo critério de custo de aquisição.

### 10. INVESTIMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Usina Hidrelétrica de Cubatão	3.337	3.337
Usina Hidrelétrica de Machadinho	49.738	49.738
Usina Hidrelétrica Dona Francisca	-	15.338
Usina Hidrelétrica Campos Novos	3.500	7.515
Linha de Transmissão Campos Novos - Blumenau	7.106	810
Outros Investimentos	2.446	2.883
(-) Provisão para Desvalorização de Investimentos	(1.237)	(1.211)
<b>Total</b>	<b>64.890</b>	<b>78.410</b>

Os investimentos nas Usinas Hidrelétricas de Cubatão, Machadinho e Campos Novos, assim como na Linha de Transmissão Campos Novos - Blumenau, referem-se à participação da Companhia nos consórcios das empresas que operacionalizam esses projetos, os quais se encontram, atualmente, em fase pré-operacional. O investimento na Usina Hidrelétrica Dona Francisca foi transferido para o Ativo Realizável a Longo Prazo, conforme nota 9.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 11. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas de Depreciação	2001		2000	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
<b>Em Serviço</b>					
<b>Geração</b>					
Terrenos		269	-	269	269
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	8.975	(7.592)	1.383	1.490
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0% a 4,0%	6.000	(5.441)	559	632
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 5,9%	10.298	(5.938)	4.360	4.609
		<b>25.542</b>	<b>(18.971)</b>	<b>6.571</b>	<b>7.000</b>
<b>Distribuição</b>					
Intangíveis		1.085	-	1.085	790
Terrenos		6.619	-	6.619	6.256
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	36.891	(16.725)	20.166	19.428
Máquinas e Equipamentos	2,0% a 7,7%	1.461.279	(551.868)	909.411	909.892
		<b>1.505.874</b>	<b>(568.593)</b>	<b>937.281</b>	<b>936.366</b>
<b>Administração</b>					
Intangíveis		8.778	-	8.778	8.266
Terrenos		360	-	360	358
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	10.609	(5.748)	4.861	5.279
Máquinas e Equipamentos	4,5% a 10,0%	51.975	(19.948)	32.027	30.080
Veículos	20,0%	28.473	(21.320)	7.153	11.582
Móveis e Utensílios	10,0%	4.834	(3.445)	1.389	1.672
		<b>105.029</b>	<b>(50.461)</b>	<b>54.568</b>	<b>57.237</b>
<b>Total em Serviço</b>		<b>1.636.445</b>	<b>(638.025)</b>	<b>998.420</b>	<b>1.000.603</b>
<b>Em Curso</b>					
Geração		22.366	-	22.366	21.458
Distribuição		162.275	-	162.275	135.828
Administração		55.151	-	55.151	50.622
		<b>239.792</b>	<b>-</b>	<b>239.792</b>	<b>207.908</b>
<b>Total</b>		<b>1.876.237</b>	<b>(638.025)</b>	<b>1.238.212</b>	<b>1.208.511</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel n.º 20 de 03 de fevereiro de 1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.



# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 12. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o saldo desta conta era composto conforme evidenciado no quadro a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Fornecedores de Energia Elétrica</b>		
Eletrosul	90.604	83.619
Gerasul	44.580	46.277
Energia Comprada no MAE	104.962	12.681
Copel	1.303	5.764
Bandeirante	4.282	4.282
Chesf	3.279	3.530
Furnas	2.969	3.231
Cemig	1.751	2.029
Outros	12.425	14.754
<b>Subtotal</b>	<b>266.155</b>	<b>176.167</b>
<b>Fornecedores de Materiais e Serviços</b>	<b>62.465</b>	<b>46.259</b>
<b>Total</b>	<b>328.620</b>	<b>222.426</b>

O saldo de Energia Comprada no MAE é composto por R\$12.681 contabilizado em 2000, conforme ofício 025/2001 da Aneel, e por R\$92.281 de 2001 referente à energia transacionada no MAE e aos encargos de serviços do sistema. Os montantes de 2001 foram apurados conforme comunicado aos Agentes, emitido pelo Presidente da ASMAE, em 13 de março de 2002, e apresentados por meio de comunicação específica daquela entidade à Companhia. A Companhia está mantendo discussões com a ASMAE a fim de obter concordância dos valores apresentados.

A Companhia também recebeu no mesmo ofício 025/01, assim como todas as distribuidoras da Região Sul do País e a distribuidora do Estado de Mato Grosso do Sul, orientação de provisionar e pagar o montante de R\$22.543, relativo a encargos de serviços do sistema relativo ao período de setembro a dezembro de 2000.

A administração da Companhia, em conjunto com as demais distribuidoras, assinaram um documento declarando discordar desta obrigação, a qual não foi provisionada, uma vez que não existe uma concordância quanto ao valor da mesma, bem como quanto à sua legitimidade. Esta correspondência foi encaminhada à Aneel, pleiteando a mediação de uma solução entre as partes, sendo que até esse momento o assunto permanece sem solução.



# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 12. FORNECEDORES -- continuação

Por força da Lei 5.899, de 5 de julho de 1973, a Celesc adquire compulsoriamente da Itaipu Binacional, 4,37% da potência disponível para o Brasil. O faturamento mensal dessa potência é efetuado pela Eletrosul, com base na tarifa monômnia de potência estabelecida pelo Órgão Regulador.

De acordo com o Decreto 2.432, de 17 de maio de 1988, a Celesc paga à Furnas Centrais Elétricas S.A. pelo uso do sistema de transmissão que interliga a Usina de Itaipu ao sistema elétrico brasileiro, na mesma proporção da sua cota de potência. A tarifa aplicável ao faturamento deste encargo também é estabelecida em Resolução específica pelo Órgão Regulador.

Além da energia adquirida de Itaipu, a Celesc complementa os requisitos de demanda do seu mercado com a energia contratada com a Gerasul e a Copel por meio dos chamados “Contratos Iniciais”. Esses contratos definem os montantes de potência e energia até o ano 2002 (inclusive). A partir de 2003, os montantes contratados se reduzem em 25% a cada ano, extinguindo-se ao final de 2005.

Para cobrir essas reduções nos Contratos Iniciais e eventuais necessidades além daqueles montantes, a Companhia deverá recorrer ao mercado competitivo, contratando energia com diferentes geradores por meio de acordos bilaterais de suprimento, ou então recorrendo ao MAE.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Os empréstimos e financiamentos foram contratados pela Companhia com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão dos sistemas de geração e distribuição de energia elétrica e estão substancialmente garantidos por avais do Governo Federal, Estadual e pela Eletrobrás, além das garantias vinculadas aos contratos de fornecimento com os recebíveis dos grandes consumidores.

A composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos é apresentada a seguir:

Descrição	Indexador	Taxas de Juros	2001		2000	
			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
<i>Em Moeda Estrangeira</i>						
Euro Commercial Paper (1)	US\$	14 a 16% a. a.	36.705	105.303	113.159	-
Diversas Instituições Financeiras (2)	US\$	5 a 16% a. a.	247	7.865	167	6.862
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Eletrobrás (3)	UFIR/IGPM	5 a 8% a. a.	12.410	38.257	14.585	39.475
Banco Real (4)	R\$	34,804 a.a.	-	-	13.000	-
Diversas Instituições Financeiras (2)	R\$	6 a 12% a. a.	-	-	252	-
			<b>49.362</b>	<b>151.425</b>	<b>141.163</b>	<b>46.337</b>
<b>Encargos de Dívidas</b>						
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Debêntures			1.375	-	1.073	-
Eletrobrás e Outras Instituições			1.004	-	1.049	-
<i>Em Moeda estrangeira</i>						
Diversas Instituições Financeiras			1.332	-	85	-
			<b>3.711</b>	<b>-</b>	<b>2.207</b>	<b>-</b>

Os empréstimos de longo prazo apresentam a seguinte composição de vencimento:

Ano	31.12.2001
2003	64.708
2004	62.170
2005	5.226
2006	5.211
2007 a 2024	14.110
<b>Total</b>	<b>151.425</b>

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS -- continuação

**Euro Commercial Paper (1)** - Com o objetivo de obter recursos para complementar o financiamento dos investimentos orçados em 1998, a Companhia iniciou um programa de "Euro Commercial Paper" cujo saldo em 31 de dezembro de 2001 é de R\$142.008 (R\$113.159 em 31 de dezembro de 2000). Este programa vem sendo renovado, apresentando as seguintes operações:

Descrição	1a. Série	2a. e 3a. Séries	4a. e 5a. Séries	6a. Série	7a. Série
Valor de Face em US\$	50.000.000	43.500.000	50.060.000	54.200.000	61.200.000
Data da Emissão	03/07/1998	29/12/1998	24/06/1999	20/12/1999	19/06/2000
Data de Vencimento	28/12/1998	28/06/1999	21/12/1999	20/06/2000	14/06/2001
Taxa de Juros ao Ano	10,25%	14,85%	16,52%	16,00%	12,875%
Prazo	180	180	180	183	360
Valor Líquido da Emissão em US\$	45.351.474	40.478.581	46.240.000	50.123.305	58.000.498
Montante da Emissão em Reais	52.743673	49.383.868	82.677.120	91.224.414	125.281.076

Em 2001 a Companhia efetuou quatro pagamentos, nos valores de US\$765,0 mil, US\$790,5 mil, US\$2.346,0 mil e US\$765,0 mil, referentes aos juros moratórios incorridos sobre o valor do principal dos títulos no período de 14 de junho de 2001 a 13 de julho de 2001, 14 de julho de 2001 a 13 de agosto de 2001, 14 de agosto de 2001 a 13 de novembro de 2001 e 14 de novembro de 2001 a 13 de dezembro de 2001, respectivamente, de acordo com os termos e condições dos documentos de emissão dos títulos.

A Companhia, desde junho de 2001, manteve negociações em andamento junto às instituições financeiras para conversão do "Euro Commercial Paper" em "Euro Bônus", fato que se concretizou em janeiro de 2002, tendo como garantia dos pagamentos os recebíveis dos grandes consumidores. O contrato de "Euro Bônus" tem as seguintes características: taxa de juros de 12,875% a.a. sobre o saldo devedor; amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, sendo a primeira devida em fevereiro de 2002 e a última em janeiro de 2006.

**Diversas Instituições Financeiras (2)** - Empréstimo referente à confissão da dívida correspondente às obrigações junto a credores externos, objeto de permuta por Bônus do Tesouro Federal. Seu pagamento é semestral e o encerramento está previsto para outubro de 2024.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS -- continuação

**Eletrobrás (3)** - Empréstimos destinados aos programas de distribuição, geração, eletrificação rural e outros. Estão divididos em duas modalidades de contratos: Contratos de Empréstimos e Financiamentos - ECF, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, Fundo de Financiamento da Eletrobrás e do Instrumento de Reconhecimentos de Débitos - IRD, com recursos do Programa Nacional de Irrigação. A garantia, em caso de inadimplência, está vinculada aos recebíveis da contratante.

**Banco Real (4)** - Empréstimo realizado no valor de R\$20.000, obtido em janeiro de 1998, destinado ao reforço de caixa, foi sendo renovado periodicamente. Este contrato foi liquidado em dezembro de 2001.

**Diversas Instituições Financeiras (5)** - É composto pelos contratos de empréstimos obtidos junto ao Banco Bozano Simonsen, destinados à liquidação de débitos para com o INSS, Programa de Qualidade Total e aquisição de equipamentos de informática.

A composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador é apresentada no quadro a seguir:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	2001		2000	
		%		%
<b>Em Moeda Estrangeira</b>				
Dólar norte-americano	150.120	74,77	120.188	64,10
	<b>150.120</b>	<b>74,77</b>	<b>120.188</b>	<b>64,10</b>
<b>Em Moeda Nacional</b>				
UFIR/IGP-M	50.667	25,23	54.060	28,83
Real	-	-	13.252	7,07
	<b>50.667</b>	<b>25,23</b>	<b>67.312</b>	<b>35,90</b>
	<b>200.787</b>	<b>100,00</b>	<b>187.500</b>	<b>100,00</b>

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda / Indexador	Variação anual (%)	
	2001	2000
Dólar norte-americano	18,67	9,30
IGP-M	10,37	9,95

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 14. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descrição	2001	2000
Provisão para Licença Prêmio e Encargos	22.326	21.855
Provisão para Férias e Encargos	14.052	11.479
Provisão para Gratificação de Férias e Encargos	4.858	4.407
Provisão para Gratificação Anual	2.242	2.297
<b>Total</b>	<b>43.478</b>	<b>40.038</b>

## 15. DEBÊNTURES

A Companhia emitiu, em 1º de novembro de 1994, 30.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe “B”, em série única, nominativas e não endossáveis, com valor unitário de R\$1,00, no montante total de R\$30.000.

As debêntures foram atualizadas pelo IPCR até 30 de junho de 1996 e, a partir desta data, pelo INPC, e a taxa de juros permaneceu em 15,5% ao ano. Em outubro de 1997, ocorreu a repactuação da taxa de juros junto às instituições financeiras, reduzindo substancialmente os juros, passando dos 15,5% para 6,75% ao ano.

A repactuação de 1º de novembro de 1999 alterou a remuneração das debêntures para ser apurada com base em 104% da taxa aplicável ao CDI médio *extra-over* da Cetip, sendo mantido este critério na repactuação de 01 de novembro de 2000. No dia 1º de novembro de 2001 foram pagos os juros remuneratórios no valor de R\$7.927 referente ao período de 01 de novembro de 2000 a 01 de novembro de 2001. Na referida data foram repactuadas 22.308 debêntures e 5.972 debêntures foram mantidas em tesouraria até dezembro de 2001, quando foram repassadas à Celos.

A partir de 1º de novembro de 2001, a remuneração das debêntures passou a ser calculada pela variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros - DI, calculada pela CETIP, acrescida de um “spread” de 2% ao ano.

As debêntures serão mensalmente amortizadas, em valor correspondente a 3,5% do seu valor nominal em 01 de fevereiro de 2002, sendo o primeiro pagamento devido em 01 de março de 2002 e o último em 01 de novembro de 2002.

O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2001 é de R\$45.079 (R\$42.537 em 31 de dezembro de 2000), sendo R\$14.204 relativo ao principal e R\$1.375 de juros, registrados no Passivo

Circulante, e R\$30.875 relativo ao principal, registrado no Passivo Exigível a Longo Prazo, representados por 28.280 debêntures em circulação.



# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível. Na opinião do Departamento Jurídico, existe possibilidade de condenação em diversos desses processos, para os quais foram constituídas as respectivas provisões. Parte desses processos estão garantidos por depósitos judiciais, que se encontram registrados no ativo realizável a longo prazo. A posição das provisões para contingências está resumida a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2000</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2001</u>
Trabalhistas	59.511	18.708	(23.430)	54.789
Portarias 038/045 - DNAEE	18.748	-	(6.225)	12.523
Cíveis	10.025	518	(2.315)	8.228
Fiscais - INSS	-	1.895	-	1.895
<b>Total</b>	<b>88.284</b>	<b>21.121</b>	<b>(31.970)</b>	<b>77.435</b>

As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

Especificamente quanto aos processos relativos às Portarias 038 e 045 do DNAEE, que majoraram a tarifa industrial de energia elétrica em 1986, durante a vigência do congelamento de preços, foi constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza, em andamento, contra a Companhia. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento julgar sobre as possíveis decisões do judiciário, nem mesmo estimar os possíveis efeitos; portanto, a Companhia não constituiu nenhuma provisão, uma vez que o Departamento Jurídico classifica a probabilidade de perdas nesta matéria como “remota”.

### 17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As seguintes obrigações fiscais foram provisionadas, tendo em vista que existem temas relacionados com essas obrigações que ainda estão sendo discutidas na Justiça, conforme demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2000</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Juros</u>	<u>31.12.2001</u>
Utilização de Base Negativa - CS	28.158	-	-	2.062	30.220
Imposto de Renda - Plano Verão	4.453	-	-	331	4.784
IR e CS sobre Receitas de CRC	44.347	32.109	(2.248)	-	74.208
IR e CS sobre Lucro de Órgãos Públicos	2.333	2.431	(1.986)	-	2.778
Depreciação IPC-BTNf - CS	5.582	-	-	-	5.582
<b>Total</b>	<b>84.873</b>	<b>34.540</b>	<b>(4.234)</b>	<b>2.393</b>	<b>117.572</b>

Conforme citado na nota 28, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Refis, incluindo débitos relativos a Cofins, Pasep e Finsocial, ajustados pela desistência de processos judiciais em

curso e pela compensação com créditos fiscais adquiridos de consumidores inadimplentes, com deságio.

## Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Composição Acionária

O capital social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$696.200, mantendo-se o mesmo valor de 2000. As Ações Preferenciais classe "A" têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos, seguidas pelas Ações Preferenciais classe "B".

A composição acionária está representada conforme o quadro abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2001							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	%
	ON	%	PNA	%	PNB	%		
Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,2	3.838	-	-	-	155.824.043	20,2
Invesc	91.037.953	29,3	-	-	12.508.762	2,9	103.546.715	13,4
Previ - Banco do Brasil	39.090.810	12,6	-	-	21.275.201	4,9	60.366.011	7,8
Codesc	1.959.533	0,6	-	-	-	-	1.959.533	0,3
Eletrobrás	84.662	-	-	-	82.855.527	19,1	82.940.189	10,8
Bndespar	-	-	25.461.794	95,7	9.539.397	2,2	35.001.191	4,5
Bndes - Fundo Social	-	-	-	-	8.826.000	2,0	8.826.000	1,1
Bradesco - Previdência e Seguros	-	-	-	-	48.845.121	11,2	48.845.121	6,3
Bradesco Livre Fácil - Fdo. De Inv.	-	-	-	-	6.710.000	1,5	6.710.000	0,9
Bradesco Capitalização S/A	-	-	-	-	6.403.000	1,5	6.403.000	0,8
Investidores Estrangeiros	2.086.135	0,7	-	-	12.112.000	2,8	14.198.135	1,8
Prefeituras Municipais	19.613	-	20.332	0,1	19.066	-	59.011	-
Fundação Celos	15.886.847	5,1	-	-	6.251.300	1,4	22.138.147	2,9
Fundação Petrobrás de Seguridade	-	-	-	-	13.521.400	3,1	13.521.400	1,8
Outros	4.556.976	1,5	1.121.060	4,2	205.415.283	47,4	211.093.319	27,4
<b>Total</b>	<b>310.542.734</b>	<b>100,0</b>	<b>26.607.024</b>	<b>100,0</b>	<b>434.282.057</b>	<b>100,0</b>	<b>771.431.815</b>	<b>100,0</b>

Acionistas	31 de dezembro de 2000							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	%
	ON	%	PNA	%	PNB	%		
Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,2	3.838	-	-	-	155.824.043	20,2
Invesc	91.037.953	29,3	-	-	12.508.762	2,9	103.546.715	13,4
Previ - Banco do Brasil	39.090.810	12,6	-	-	21.275.201	4,9	60.366.011	7,8
Codesc	1.959.533	0,6	-	-	-	-	1.959.533	0,3
Eletrobrás	84.662	-	-	-	82.855.527	19,1	82.940.189	10,8
Bndespar	-	-	25.461.000	95,7	9.539.000	2,2	35.000.000	4,5
Bndes - Fundo Social	-	-	-	-	8.826.000	2,0	8.826.000	1,1
Bradesco - Previdência e Seguros	-	-	-	-	41.173.121	9,5	41.173.121	5,3
Serpros - Fundo Multipatrocinado	-	-	-	-	8.500.000	2,0	8.500.000	1,1
Investidores Estrangeiros	2.086.135	0,7	-	-	32.860.000	7,6	34.946.135	4,5

Prefeituras Municipais	19.613	-	20.332	0,1	19.066	-	59.011	-
Fundação Celso	15.756.847	5,1	-	-	5.647.300	1,3	21.404.147	2,8
Fundação Petrobrás de Seguridade	-	-	-	-	12.923.400	3,0	12.923.400	1,7
Outros	4.686.976	1,5	1.127.810	4,2	198.148.724	45,5	203.963.510	26,5
<b>Total</b>	<b>310.542.734</b>	<b>100,0</b>	<b>26.612.980</b>	<b>100,0</b>	<b>434.276.101</b>	<b>100,0</b>	<b>771.431.815</b>	<b>100,0</b>

## Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

#### b) Reservas de Capital

São compostas da seguinte forma:

	<b>2001</b>	<b>2000</b>
Doações e Subvenções para Investimento	214.532	437.404
Remuneração sobre Capital Próprio	3.466	3.499
	<b>217.998</b>	<b>440.903</b>

#### c) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Referem-se a valores recebidos do Governo do Estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Eletrificação Rural "Luz no Campo", destinados à expansão dos sistemas de distribuição da Companhia.

### 19. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Consumidores (*)		MWh (*)		Receita	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Residencial	1.365.640	1.318.503	2.976.195	2.959.037	639.104	536.228
Industrial	52.525	49.107	5.652.085	5.404.478	708.705	570.285
Comercial	140.957	135.888	1.652.457	1.567.841	316.774	252.369
Rural	197.587	191.999	1.288.637	1.241.000	125.726	103.247
Poder Público	14.610	14.457	226.425	226.567	39.441	33.258
Iluminação Pública	299	299	414.075	410.687	48.066	39.856
Serviço Público	1.413	1.327	201.513	196.697	25.760	20.862

<b>Total do Fornecimento</b>	<u><u>1.773.031</u></u>	<u><u>1.711.580</u></u>	<u><u>12.411.387</u></u>	<u><u>12.006.307</u></u>	<u><u>1.903.576</u></u>	<u><u>1.556.105</u></u>
Suprimento de Energia	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>208.325</u>	<u>197.291</u>	<u>12.862</u>	<u>14.716</u>
(*) Não auditado						

## Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em Milhares de Reais)

#### 20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações atribuídas aos administradores e empregados, demonstradas em reais, foram de:

Remuneração	Administradores		Empregados	
	2001	2000	2001	2000
Menor	5.518,34	5.021,97	559,66	500,52
Maior	14.651,28	13.782,96	8.906,79	7.975,95

#### 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, pela Instrução 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado e das condições pactuadas dos instrumentos financeiros. A Companhia não realizou, até 31 de dezembro de 2001, operações com características de instrumentos financeiros, na forma definida pela referida Instrução.

Classificamos ainda como um instrumento financeiro, capaz de produzir efeitos sobre os resultados da Companhia, as operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do MAE, uma vez que os seus preços apresentam oscilações causadas por um mercado com grande volatilidade, e ainda sem regras firmes.

Todos os demais ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras, etc.) não representam desvios significativos entre o valor de mercado e o contábil.



# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em Milhares de Reais)

### 22. FUNDO DE PENSÃO

A Companhia, na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social -Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico a complementação de aposentadoria para seus participantes que são, basicamente, os empregados da Celesc, destinou durante o exercício, a título de contribuição, o montante de R\$25.868 (R\$16.819 em 2000).

Estatutariamente, a patrocinadora não é obrigada a cobrir as insuficiências patrimoniais da Celos, sendo que o plano de custeio é aprovado pelo Conselho de Curadores. As alterações no Estatuto não poderão reduzir benefícios já incidentes e a contribuição mensal da Companhia não pode ser inferior à contribuição mensal dos empregados.

A Fundação Celos estava discutindo, inclusive judicialmente, a incidência de tributos sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras efetuadas nos mercados de renda fixa e renda variável. Entretanto, no dia 08 de novembro de 2001, o STF julgou improcedente o processo de imunidade tributária da Fundação CERES, ligada à Embrapa. Esta decisão indica que a Constituição Federal de 1988 deixou clara a diferenciação entre entidades de assistência social e de previdência, sendo que esta última não pode ser imune tributariamente.

Em dezembro de 2001 a Celos fez a opção pelo Regime Especial de Tributação - RET, porém, paralelamente a Abrapp entrou com Mandado de Segurança coletivo, questionando: a CSLL, IR Fonte, isonomia entre empresas abertas e fechadas, em várias regiões, inclusive Santa Catarina.

Em 31 de janeiro de 2002, a Fundação Celos exerceu a opção pelo artigo 5º. da Lei 2.222, parcelando suas obrigações fiscais passadas para pagamento em 6 (seis) parcelas mensais.

A patrocinadora mantém diversas operações financeiras com a Fundação, as quais se encontram parceladas e remuneradas em condições usuais de mercado. No segundo semestre de 2000 foram finalizadas as negociações dos débitos da Celesc com a Celos, resultando a consolidação dos mesmos em dois novos contratos. Os saldos das operações mantidas com a Fundação podem ser demonstrados como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Data Contrato</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Quant. de Parcelas</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>31.12.2001 Total</u>	<u>31.12.2000 Total</u>
Empréstimo - Contrato n.º 5109	28/02/00	IGP-M	120	6.352	28.871	35.223	33.504
Empréstimo - Contrato n.º 5110	28/02/00	IGP-M	120	9.979	45.363	55.342	52.638
Valores Correntes a Repassar				29.387		29.387	13.949
<b>Total</b>				<b>45.718</b>	<b>74.234</b>	<b>119.952</b>	<b>100.091</b>

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 22. FUNDO DE PENSÃO -- continuação

Os valores de longo prazo apresentam a seguinte composição de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>31.12.2001</u>
2003	9.682
2004	9.683
2005	9.683
2006	9.683
2007 a 2010	35.503
<b>Total</b>	<b><u>74.234</u></b>

Em 31 de dezembro de 2001, a Celos apresentou um déficit técnico acumulado de R\$49.403, enquanto em 31 de dezembro de 2000 apresentava um déficit técnico acumulado de R\$37.047.

Em 1º de janeiro de 1997 passou a vigorar o novo plano de benefícios da Celos, denominado “Plano Misto”, prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para este novo plano. As regras de transferência de um plano para outro foram definidas em 30 de dezembro de 1998 pela Companhia e homologadas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, em 14 de janeiro de 1999, para vigência a partir de 1º de janeiro de 1999. A maior alteração deste plano em relação ao anterior foi a mudança de benefício definido para contribuição definida relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. A partir de 1º de abril de 1999 iniciou-se o processo de migração voluntária, com encerramento em 31 de março de 2000, e vigência retroativa a 01 de janeiro de 1999, com uma migração de 98% dos participantes.

Em decorrência deste processo, a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 1998, uma provisão sobre o valor total de reservas a amortizar registradas pela Fundação, que vinha sendo paga através de contribuições mensais extraordinárias, no montante de R\$173.812, uma vez que com o encerramento do plano de benefícios atual, foi necessário liquidá-lo também financeiramente. Em 30 de novembro de 2001 foi firmado o contrato para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas do saldo consolidado e atualizado de R\$272.796, mantida a incidência de juros de 6% ao ano e atualização pelo IGP-M.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, a Companhia registrou um montante de R\$41.153 relativo a encargos a título de atualização do saldo devedor desse passivo, bem como R\$3.583 a título de amortização do principal. Dessa forma, o valor total devido à Fundação Celos passou para um montante atualizado de R\$277.119, sendo R\$255.354 registrado no Exigível a Longo Prazo, e R\$21.765 no Passivo Circulante, em 31 de dezembro de 2001.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 22. FUNDO DE PENSÃO -- continuação

Para fins de atendimento às determinações contidas nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC n.º 26 do Instituto Brasileiro de Contabilidade - Ibracon, aprovadas pela Deliberação n.º 371 da CVM, a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuaria e Economia Ltda. emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas a seguir.

Abaixo está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica, em 31 de dezembro de 2001, de acordo com as regras estabelecidas pela NPC n.º 26 do Ibracon, aprovada pela Deliberação n.º 371 da CVM, os quais foram reconhecidos pela Companhia diretamente no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2001:

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>Total</b>
Valor Presente das Obrigações	768.218	113.728	881.946
Valor Justo dos Ativos	(689.665)	-	(689.665)
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>78.553</b>	<b>113.728</b>	<b>192.281</b>
Imposto Renda e Contribuição Social Diferidos	(15.504)	(38.667)	(54.171)
<b>Efeito Líquido no Patrimônio Líquido</b>	<b>63.049</b>	<b>75.061</b>	<b>138.110</b>

A Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre o saldo provisionado, conforme apresentado na nota 8.

Despesas previstas para 2002:

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>Total</b>
Custo do Serviço Corrente	945	1.947	2.892
Custo dos Juros	78.666	11.646	90.312
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(70.622)	-	(70.622)
Contribuições dos Empregados	(109)	-	(109)
<b>Despesas Previstas para 2002</b>	<b>8.880</b>	<b>13.593</b>	<b>22.473</b>



# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 22. FUNDO DE PENSÃO -- continuação

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

#### Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	10,24% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,24% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% ao ano
Crescimento dos Benefícios da Previdência Social	3,00% ao ano
Inflação	4,00% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	7,12% ao ano
Taxa de Rotatividade Anual	0,80%
Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios	98,00%

#### Hipóteses Demográficas

Tábua de Mortalidade	AT-49, exceto Pecúlio por Morte onde se adotou a CSO-581
Tábua de Mortalidade de Inválidos	LAPB-55
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média
Tábua de Mortalidade de Ativos	Método de Hamza
Idade de Aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

Descrição	Planos de Aposentadoria		Planos de Assistência Médica	
	Transitório	Misto 001	AMHOR	Odontológico
<b>Participantes Ativos</b>				
Frequência	23	4.334	4.144	4.149
Idade Média (em anos)	47	42	41	41
Tempo de Serviço Médio	21	22	22	22
Remuneração Média Mensal	2.206,04	2.491,09	-	-
<b>Participantes Aposentados</b>				
Frequência	1.904	588	2.675	2.255
Idade Média (em anos)	62	53	61	58
Benefício Médio Mensal	1.132,75	1.383,51	-	-
<b>Pensionistas</b>				
Frequência de Grupos Familiares	633	23	401	413
Benefício Médio por Grupo Familiar	388,04	447,49	-	-

### 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentam saldos e movimentações com o Governo do Estado de Santa Catarina (nota 7), Casan (nota 9) e Celos (nota 22).



# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - TAXA EFETIVA

Seguindo orientação contida na NPC n.º 25 do Ibracon e na Deliberação n.º 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, a Companhia está divulgando a conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado, conforme segue:

Descrição	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2001	2000	2001	2000
<b>Lucro/Prejuízo antes do I. Renda e Contribuição Social</b>	<b>(125.814)</b>	<b>15.342</b>	<b>(125.814)</b>	<b>15.342</b>
<b>Adições e Exclusões de Caráter Permanente</b>				
Doações	5	1.910	5	1.910
Participação nos Resultados	(6.755)	(6.574)	(6.745)	(6.566)
Realização IPC/BTNf	21.016	20.477	-	-
Redução da Multa Decorrente de Adesão ao Refis	-	-	-	(22.270)
Multas Indedutíveis - Refis	-	15.380	-	15.380
Outros	2.601	-	2.648	(788)
<b>Base Tributável</b>	<b>(108.947)</b>	<b>46.535</b>	<b>(129.906)</b>	<b>3.008</b>
Alíquota	9%	9%	25%	25%
Total do Exercício	<b>(9805)</b>	4.188	<b>(32.477)</b>	752
Efeito da Alteração da Alíquota de 8% para 9%	(1.707)	(202)	-	-
Outros	84	-	233	-
<b>Total no Resultado</b>	<b>(11.428)</b>	<b>3.986</b>	<b>(32.242)</b>	<b>752</b>

O efeito de alteração da alíquota refere-se ao impacto da realização antecipada de base de contribuição social diferida ativa, originalmente constituída pela alíquota de 8%, porém cuja realização ocorreu em 2001 pela alíquota de 9%.

## 25. SEGUROS

Os seguros contratados estão de acordo com a política da Companhia com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais)

### 26. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

A Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001, criou o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, com o qual objetivou-se compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções do suprimento de energia. Em média a redução de energia prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, nas regiões Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e Norte do País. Esse programa vigorou de junho de 2001 até o mês em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na região norte o programa foi suspenso a partir de janeiro de 2002 e nas demais regiões sua extinção ocorreu em março de 2002. Na região Sul do País, as concessionárias distribuidoras foram afetadas pela racionalização do uso da energia elétrica, o que resultou em redução voluntária do consumo superior a 10%, principalmente nos meses de maio a agosto de 2001.

Em conseqüência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as empresas concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas empresas, bem como a de pessoal, não podem ser reduzidas na proporção da redução de consumo.

Além do programa de redução de consumo, as empresas têm vários pleitos com a Aneel, visando à recomposição do denominado “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão”, pois ocorreram vários eventos que no entender dessas empresas resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos. Exemplo desses pleitos é o aumento da energia adquirida de Itaipu em razão da desvalorização acentuada do Real ocorrida desde 1999.

Na tentativa de solucionar a questão, o governo e as empresas de energia elétrica mantiveram reuniões, e após seis meses de interlocução foi firmado o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes, e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial).

Esse acordo abrange as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do citado Programa Emergencial, os custos adicionais da denominada Parcela A para o período de 01 de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 e a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito do MAE, denominada “energia livre”, realizadas até dezembro de 2002. Com isso, a Companhia apurou os valores e está adotando as medidas cabíveis para recomposição tarifária em relação aos custos adicionais incorridos com “Parcela A”, conforme mencionado na nota 6.



# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 27. CONCESSÕES

Através do Contrato de Concessão n.º 56/99, firmado com a Aneel, em 22 de julho de 1999, a Companhia detém a concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica em 262 municípios no Estado de Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Esse Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015.

Na mesma data de 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão n.º 55/99, por meio do qual a Companhia obteve a formalização da concessão para geração de energia elétrica das seguintes centrais geradoras hidrelétricas:

<u>Hidrelétricas</u>	<u>Rio</u>	<u>Município</u>	<u>Capacidade Instalada (MW)</u>	<u>Data da Concessão</u>	<u>Data de Vencimento</u>
Bracinho	Bracinho	Schroeder	16,5	03.11.1966	07.11.2016
Caveiras	Caveiras	Lages	4,3	08.07.1968	10.07.2018
Cedros	dos Cedros	Rio dos Cedros	7,4	03.11.1966	07.11.2016
Celso Ramos	Chapecozinho	Faxinal dos Guedes	5,3	22.11.1971	*23.11.2001
Garcia	Garcia	Angelina	8,6	12.03.1957	07.07.2015
Ivo Silveira	Santa Cruz	Campos Novos	2,5	30.10.1964	07.07.2015
Palmeiras	dos Cedros	Rio dos Cedros	24,4	03.11.1966	07.11.2016
Pery	Canoas	Curitibanos	4,4	06.07.1967	09.07.2017
Piraiá	Piraiá	Joinville	1,4	03.11.1966	07.11.2016
Salto	Itajaí - Açú	Blumenau	6,3	03.11.1966	07.11.2016

\* Está em processo de renovação da concessão junto a Aneel.

Por terem capacidade abaixo de 1MW, as Usinas Rio do Peixe e São Lourenço estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização (Art. 8º - Lei 9074, de 07 de julho de 1995).

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 28. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - Refis

Em 27 de abril de 2000, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Refis, instituído pela Medida Provisória n.º 1923/99, com alterações promovidas pela MP nº 2004-6, de 10 de março de 2000. A Companhia incluiu no Refis débitos relativos a Cofins, Pasep e Finsocial, ajustados pela desistência de processos judiciais em curso e pela compensação com créditos fiscais adquiridos de consumidores inadimplentes, com deságio, conforme demonstrado a seguir:

<u>Tributo</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Multa</u>	<u>Total</u>
Cofins	86.678	38.587	42.368	167.633
Pasep	29.583	19.103	21.713	70.399
Finsocial	2.762	11.699	2.379	16.840
	<b>119.023</b>	<b>69.389</b>	<b>66.460</b>	<b>254.872</b>
(-) Créditos Tributários Adquiridos com Contas a Receber em Atraso				(56.834)
(-) Redução da Multa				(22.270)
(-) Redução de Juros de Mora				(49.792)
				<b>(128.896)</b>
<b>Total Consolidado dos Débitos e Créditos Incluídos no Refis</b>				<b>125.976</b>
(-) Amortizações Realizadas em 2000				(15.162)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP				10.976
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2000</b>				<b>121.790</b>
(-) Amortizações Realizadas em 2001				(24.503)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP				10.094
(-) Redução do Principal e de Multa				(640)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2001</b>				<b>106.741</b>
Parcelas Classificadas no Passivo Circulante				27.855
Parcelas Classificadas no Exigível a Longo Prazo				78.886

# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.<sup>a</sup> – Celesc

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – continuação Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em Milhares de Reais)

### 28. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - Refis -- continuação

A amortização a longo prazo tem a seguinte composição:

<u>Ano</u>	<u>31.12.2001</u>
2003	26.541
2004	28.060
2005	24.285
<b>Total</b>	<b><u>78.886</u></b>

A Companhia está cumprindo com as condições gerais do Programa, principalmente quanto à adimplência dos pagamentos das parcelas do próprio Refis, bem como quanto à adimplência dos impostos devidos mensalmente. A forma de pagamento é de 1,2% sobre a receita bruta.

### 29. DESPESAS FINANCEIRAS

Os encargos financeiros e as variações monetárias estão apropriadas no resultado e no imobilizado em curso de acordo com a Instrução Geral n.º 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução n.º 193 da CVM, de 11 de julho de 1996, conforme o quadro a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Encargos financeiros totais	16.263	4.944
(-) Transferência para imobilizado em curso	(410)	(136)
<b>Líquido apropriado no exercício</b>	<b>15.853</b>	<b>4.808</b>
Efeitos inflacionários e cambiais totais	23.743	9.811
(-) Transferência para imobilizado em curso	-	-
<b>Líquido apropriado no exercício</b>	<b>23.743</b>	<b>9.911</b>
<b>Total</b>	<b><u>39.596</u></b>	<b><u>14.619</u></b>



# Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
(Em Milhares de Reais)

## 30. SEGREGAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

A Companhia está iniciando o processo de cisão, para a criação de empresas independentes, dedicadas às atividades de geração e distribuição de energia elétrica. Objetivando atender às determinações da Aneel, efetuamos uma segregação dos resultados do exercício de 2001 pelas atividades de geração e distribuição com base em análises e levantamentos internos.

Estas análises foram feitas de forma estimada, baseadas em critérios razoáveis, em função da capacidade de geração de energia e na quantidade de pessoas alocadas na atividade de geração, sendo praticamente todas as contas rateadas devido à receita bruta ou aos gastos com pessoal. Todo o restante do resultado foi atribuído à atividade de distribuição, uma vez que não ocorreram fatos contábeis neste exercício que pudessem ser atribuídos a outras atividades.

Em obediência à determinação do ofício circular 838/2000 e 91/2002 da Aneel, segue a demonstração de resultados da Companhia relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, segregada por atividade:

	<u>Geração</u>	<u>Distribuição</u>	<u>Total</u>
Receita Operacional Bruta	23.200	1.921.394	1.944.594
Deduções da Receita Operacional	(1.376)	(501.217)	(502.593)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>21.824</b>	<b>1.420.177</b>	<b>1.442.001</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(773.865)	(773.865)
Pessoal	(10.564)	(205.456)	(216.020)
Material	(1.095)	(17.463)	(18.558)
Serviço de Terceiros	(1.745)	(67.943)	(69.688)
Conta Consumo de Combustível - CCC	-	(87.544)	(87.544)
Depreciação e Amortização	(1.222)	(74.069)	(75.291)
Provisão para Contingências e Obrigações Fiscais Notificadas	(1.335)	(33.277)	(34.612)
Outras	(3.411)	(50.644)	(54.055)
	<b>(19.372)</b>	<b>(1.310.261)</b>	<b>(1.329.633)</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>2.452</b>	<b>109.916</b>	<b>112.368</b>
Resultado Financeiro	-	(40.947)	(40.947)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>2.452</b>	<b>68.969</b>	<b>71.421</b>
Resultado Não Operacional	(2.764)	(194.472)	(197.236)
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(312)</b>	<b>(125.503)</b>	<b>(125.815)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(994)	33.236	32.242
Provisão para Contribuição Social	(179)	11.607	11.428
<b>Lucro Antes das Participações</b>	<b>(1.485)</b>	<b>(80.660)</b>	<b>(82.145)</b>

Participação nos Resultados (Abono Salarial e Gratificação Anual)	(331)	(6.424)	(6.755)
<b>Lucro do Exercício</b>	<b><u>(1.816)</u></b>	<b><u>(87.084)</u></b>	<b><u>(88.900)</u></b>

## **DIRETORIA**

Carlos Rodolfo Schneider  
Diretor Presidente

Paulo Gorini Martignago  
Diretor Econômico-Financeiro  
e de Relações com Investidores

Israel Honorino Nunes  
Diretor de Gestão e  
Desenvolvimento Organizacional

Eduardo Carvalho Sítonio  
Diretor Técnico

José Braulino Stähelin  
Contador  
CRC - SC 018996/0-8

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

**Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc**

1. Examinamos o balanço patrimonial da **Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc**, levantado em 31 de dezembro de 2001, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Devido à ausência de controles analíticos adequados, não nos foi possível aplicar procedimentos de auditoria que nos possibilitassem concluir sobre a adequação de determinados saldos contábeis, como segue:
  - i) “Títulos a Receber”, registrado no ativo circulante, com saldo de R\$41.214 mil (R\$45.594 mil em 31 de dezembro de 2000) e no realizável a longo prazo com saldo de R\$14.230 mil (zero em 31 de dezembro de 2000);
  - ii) “Depósitos Judiciais”, registrado no grupo de realizável a longo prazo, no montante de R\$32.174 mil (R\$40.571 mil em 31 de dezembro de 2000), e
  - iii) “Provisão para Contingências”, registrado no grupo de exigível a longo prazo para cobrir possíveis perdas com contingências trabalhistas, no montante de R\$54.789 mil (R\$59.511 mil em 31 de dezembro de 2000);
4. Conforme mencionado na nota explicativa 12, as demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2001, contemplam valores a pagar resultante de energia elétrica transacionada no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, bem como aos Encargos de Serviços do Sistema, no valor de R\$92.281 mil. Tal registro foi procedido com base em informação de caráter preliminar fornecida pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - ASMAE. As informações internas disponíveis, não possibilitaram à Companhia elaborar demonstrativos e análises que confirmassem a exatidão dos valores registrados. Dessa forma, não nos foi possível concluir quanto à adequação do mencionado passivo registrado em 31 de dezembro de 2001.

5. Conforme mencionado na Nota 2, a Companhia refez suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, com o objetivo de contemplar o registro retroativo de provisões para desvalorização de contas a receber do Governo do Estado de Santa Catarina e sobre investimentos na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, assim como dos respectivos efeitos tributários decorrentes desses registros contábeis. Nosso entendimento é de que tais provisões e seus respectivos impactos tributários não deveriam estar sendo contempladas nas demonstrações financeiras de 2001, tendo em vista que:
- a) A provisão para desvalorização do contas a receber do Governo de Santa Catarina teve como base de constituição a concretização das negociações entre a Companhia, o Estado de Santa Catarina e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES ocorrida somente em 27 de setembro de 2002, data subsequente à divulgação original das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Portanto, não havia na data da elaboração original das demonstrações financeiras de 2001, base para determinação da necessidade de constituição, bem como do valor a ser registrado de provisão sobre tais créditos, uma vez que as negociações entre as partes envolvidas ainda não haviam atingido estágio conclusivo e nem havia evidência, naquela data, que o resultado das negociações resultaria em perdas para a Companhia;
  - b) A provisão para desvalorização do investimento na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan foi determinada tendo-se por base, única e exclusivamente, a aplicação do percentual de participação acionária detido pela Companhia, sobre os resultados da investida, apurados nos exercícios de 1999, 2000 e 2001. Tendo em vista a característica temporária desse investimento, é nosso entendimento que esse critério não seria aceitável para determinar uma eventual necessidade de registro de provisão para desvalorização do investimento; portanto, o mesmo deveria continuar a ser avaliado pelo critério de custo de aquisição.

Como resultado dos registros contábeis procedidos conforme itens a) e b) acima, bem como dos respectivos efeitos tributários reconhecidos sobre os mesmos, o resultado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, assim como o patrimônio líquido naquela data, encontram-se indevidamente diminuídos em R\$134.216 (vide impactos nas demais contas de balanço, na Nota 2).

6. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes que poderiam resultar da aplicação de procedimentos de auditoria omitidos, conforme mencionado nos parágrafos 3 e 4, assim como dos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo 5, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc**, em 31 de dezembro de 2001, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

7. Na análise das demonstrações contábeis refeitas de 31 de dezembro de 2001, os seguintes aspectos merecem consideração:
- i) Nosso Parecer de Auditoria, originalmente emitido sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, continha parágrafo de ênfase referente à realização do crédito junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$652.750 mil, tendo em vista a dependência da capacidade futura do Estado na geração de recursos financeiros necessários para a quitação, ou implementação de outras medidas que permitissem a compensação do crédito. Tendo em vista os eventos subsequentemente ocorridos, conforme comentado na Nota 2, tal crédito foi substancialmente compensado com passivos devidos pela Companhia e, dessa forma, não mais se faz necessário incluir tal ênfase quanto a esse assunto. Ao mesmo tempo, no parágrafo 5.a) acima, incluímos parágrafo de ressalva relativamente ao registro, em 31 de dezembro de 2001, de provisão para desvalorização desse crédito;
  - ii) Conforme descrito na Nota 7.ii), a realização do crédito junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$27.173 mil, depende da capacidade da Companhia em obter lucros futuros que permitam a compensação com dividendos devidos ao Estado, ou renegociar novas condições de pagamento;
  - iii) Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia está contestando o pagamento, e não procedeu ao registro contábil do montante de R\$22.543 mil, relativo a Encargos de Serviços do Sistema referente ao período de setembro a dezembro de 2000, apresentado provisoriamente pela ASMAE. Até o presente momento tal valor não foi confirmado ou liquidado entre as partes;
  - iv) Conforme mencionado na Nota 6, as demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2001, contemplam contas a receber oriundas da recomposição tarifária derivada das variações de custos de valores não gerenciáveis – Parcela A (CVA), no montante de R\$108.186 mil, que representa a melhor estimativa da Companhia, com base na Medida Provisória 14 de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução 90 de 18 de fevereiro de 2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e Resolução 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. A realização desse valor depende da aprovação da Medida Provisória pelo Congresso Nacional, da liberação dos valores definitivos por parte do MAE e da homologação final e concessão de reajuste tarifário por parte da ANEEL.
8. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, foram por nós examinadas e nosso parecer, datado 14 de março de 2001, continha ressalvas quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3, itens (i), (ii) e (iii), bem como às “Obrigações Estimadas” com saldo de R\$40.038 mil em 31 de dezembro de 2000, sendo que para esse item, durante o exercício de 2001 foram elaborados os controles analíticos da conta, não tendo sido apurados ajustes relevantes nos saldos de 31 de dezembro de 2000. Nosso Parecer incluiu, também, parágrafos de ênfase relacionados aos assuntos mencionados no parágrafo 7, itens (i) a (iii), bem

como quanto à discussão judicial promovida pela Fundação Celos sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, cuja discussão foi finalizada durante 2001, sendo os respectivos efeitos registrados, conforme descrito na nota 22.

9. As informações suplementares contidas na demonstração do valor adicionado, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas. Estas informações foram por nós examinadas e submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 14 de março de 2002, exceto quanto às notas 2, 3(g), 7, 8, 9 (seções “Refazimento das Demonstrações Financeiras”), cuja data é 10 de março de 2003.



Auditores Independentes S.C.  
CRC-2-SP15199/0-6 “S” SC

Marcos Antônio Quintanilha  
Contador CRC-1-SP-132776/O-3 “T” SC

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc , dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, III e VII, do artigo 163, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis da Companhia, apresentadas sob o título “DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2001, elaboradas de acordo com o estabelecido nos capítulos XV e XVI do citado diploma legal, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, complementadas por notas explicativas às DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e Relatório Anual da Administração, sendo de opinião que, exceto quanto às ressalvas descritas nos parágrafos 3, 4, 5 e 6 do parecer dos Auditores Independentes, datado de 10 de março de 2003, tais demonstrativos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

Fundamentado no exame realizado e no parecer dos Auditores Independentes - Ernst & Young, bem como nos esclarecimentos por eles prestados, considerando, também, os aspectos abordados e registrados em ata de reunião específica para apreciação do Balanço Patrimonial da Companhia, realizada em 17 de março de 2003, o Conselho Fiscal é de parecer que as mencionadas demonstrações representam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e os resultados das suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 17 de março de 2003.

Renaldo Ax

Youssef Ahmad Youssef

Amaro Lúcio da Silva

Satomi Iura